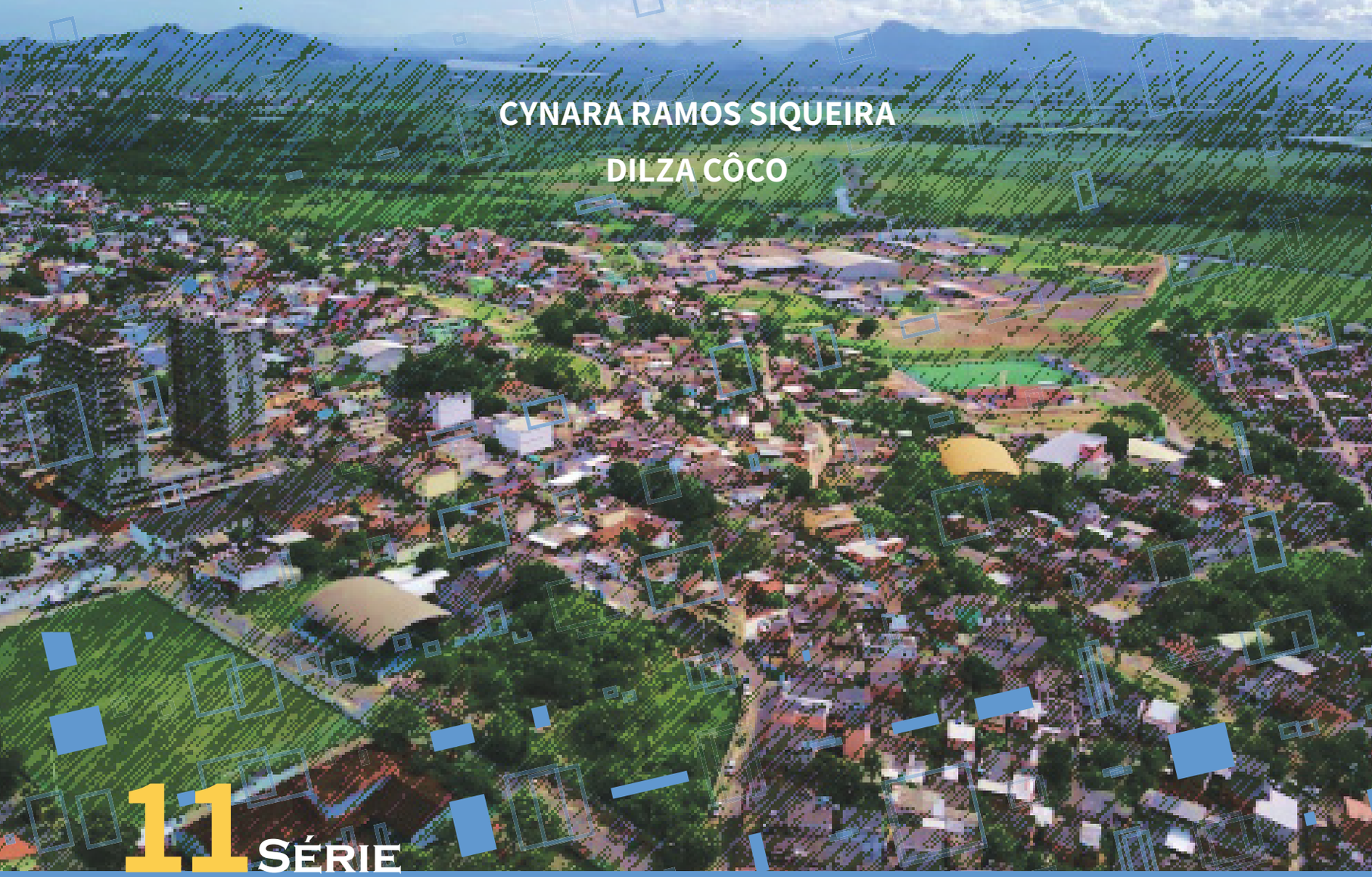
CYNARA RAMOS SIQUEIRA

DILZA CÔCO



11 Série

Educação na Cidade e Humanidades

A PRODUCÃO DO ESPACO URBANO DO BAIRRO JARDIM TROPICAL, SERRA/ES

Edifes
ACADÊMICO

A PRODUCÃO DO ESPACO URBANO DO BAIRRO JARDIM TROPICAL,
SERRA/ES

CYNARA RAMOS SIQUEIRA
DILZA CÔCO

INSTITUTO FEDERAL
Espírito Santo
Campus Vitória

Edifes
ACADÊMICO

PPGEH
Programa de Pós-Graduação
em Ensino de Humanidades
Instituto Federal do Espírito Santo

VITÓRIA
2022

Edifes ACADÊMICO

Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

R. Barão de Mauá, nº 30 – Jucutuquara
29040-689 – Vitória – ES
www.edifes.ifes.edu.br | editora@ifes.edu.br

Reitor: Jadir José Pela

Pró-Reitor de Administração e Orçamento: Lezi José Ferreira

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Luciano de Oliveira Toledo

Pró-Reitora de Ensino: Adriana Pionttkovsky Barcellos

Pró-Reitor de Extensão: Lodovico Ortlieb Faria

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: André Romero da Silva

Coordenador da Edifes: Adonai José Lacruz

Conselho Editorial

Aldo Rezende * Aline Freitas da Silva de Carvalho * Aparecida de Fátima Madella de Oliveira * Felipe Zamborlini Saiter * Gabriel Domingos Carvalho * Jamille Locatelli * Marcio de Souza Bolzan * Mariella Berger Andrade * Ricardo Ramos Costa * Rosana Vilarim da Silva * Rossanna dos Santos Santana Rubim * Viviane Bessa Lopes Alvarenga.

Comissão Científica

Antonio Donizetti Sgarbi

Priscila de Souza Chisté

Revisão de texto: Alina Bonella

Projeto gráfico: Stella Kristina Lopes da Rocha

Diagramação: Stella Kristina Lopes da Rocha

Capa: Stella Kristina Lopes da Rocha

Imagem de capa: Cynara Ramos Siqueira

Produção e divulgação: PPGEH / Ifes

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HUMANIDADES – PPGEH

IFES – CAMPUS VITÓRIA

HUDSON LUIZ CÔGO
Diretor Geral

LUCIANO LESSA LORENZONI
Diretor de Ensino

TELMA CAROLINA SMITH
Diretor de Extensão

ROSENI DA COSTA SILVA PRATTI
Diretora de Administração

ANDRÉ GUSTAVO DE SOUSA GALDINO
Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação

LEONARDO BIS DOS SANTOS
Coordenadora do PPGEH

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

S618p Siqueira, Cynara Ramos.
A produção do espaço urbano do bairro Jardim Tropical, Serra/ES [recurso eletrônico] / Cynara Ramos Siqueira, Dilza Côco. – 1. ed. - Vitória : Edifes Acadêmico, 2022.
81 p. : il. ; 30 cm. (Série Educação na Cidade e Humanidades ; 11)

ISBN: 978-85-8263-610-7 (*E-book*)

1. Professores – Formação. 2. Cidades e vilas – Serra (ES) – Educação – Estudo de casos. 3. Bairros -- Planejamento – Serra (ES) – Educação. 4. Problemas sociais – Serra (ES) – Educação – Estudo e ensino. 5. Vida urbana -- Educação. 6. Humanidades. I. Côco, Dilza. II. Instituto Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD 21 – 370.71

Elaborada por Marcileia Seibert de Barcellos – CRB-6/ES – 856
DOI: 10.36524/9788582636107

Este livro foi avaliado e recomendado para publicação por pareceristas *ad hoc.*

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Brasil.

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Nível de Ensino	Educação básica
Área de Conhecimento	Ensino
Público-Alvo	Professores da educação básica
Categoria deste Produto	Material Didático/Instrucional (PTT1)
Finalidade	Subsidiar professores na elaboração e organização de ações de ensino na área de Humanidades
Organização do Produto	O produto apresenta cinco capítulos com vistas a descrever conceitos teóricos e apresentar dados sobre o bairro investigado.
Registro de Propriedade Intelectual	Ficha Catalográfica com ISBN e Licença Criative Commons (Educapes) (ISBN: 978-85-8263-610-7)
Disponibilidade	Irrestrita, mantendo-se o respeito à autoria do produto, não sendo permitido uso comercial por terceiros
Divulgação	Digital
URL	https://repositorio.ifes.edu.br/
Processo de Validação	Validado na banca de defesa da dissertação
Processo de Aplicação	Aplicado a professores da educação básica, participantes do Gepech, por meio de roda de conversa sobre o Produto Educacional
Impacto	Médio. Produto elaborado a partir das necessidades dos professores dos anos iniciais da rede pública de ensino do município de Serra/ES, com o objetivo de proporcionar reflexões para criar outras possibilidades de ensino
Inovação	Médio teor inovativo. O produto apresenta dados que ainda não tinham sido catalogados em nenhum outro material pedagógico do sistema de ensino local
Origem do Produto	Trabalho de dissertação intitulado “Educação na cidade: conflitos e contradições no processo de produção do espaço do bairro Jardim Tropical na Serra/ES”, desenvolvido no Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades do Ifes

Autoras

Cynara Ramos Siqueira

Professora dos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de Serra/ES e mestre em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo.

Dilza Côco

Professora do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), com lotação no Campus Vitória e atuação na Área de Ciências Sociais e Humanas nos cursos de Licenciatura e nos Programas de Pós- Graduação em Educação, Ciências e Matemática (Educimat) e Ensino de Humanidades (PPGEH); doutora (2014) e mestre (2006) em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e licenciada em Pedagogia pela Ufes (1997).

Dedico este material educativo aos professores e a todos os integrantes da equipe da Emef Olivina Siqueira, sem os quais não haveria motivos para a realização deste trabalho. Espero que as informações contidas neste material colaborem para que possamos conhecer mais da vida e do lugar no qual trabalhamos e onde vivem nossos estudantes e que, por meio desse conhecimento, possamos avançar no processo de organização do ensino visando à emancipação.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 8

INTRODUÇÃO 10

1 DIREITO À CIDADE 12

2 EDUCAÇÃO NA CIDADE 20

3 O BAIRRO JARDIM TROPICAL 26

3.1 Nosso ponto de partida: a Emef Olivina Siqueira

3.2 Conhecendo o bairro Jardim Tropical

3.3 Transformação rural x urbano

3.4 O processo de urbanização do bairro Jardim Tropical

4 ANÁLISE DOS CONFLITOS E CONTRADIÇÕES 59

4.1 Dimensão Macro

4.2 Dimensão Micro

5 VIAGEM FORMATIVA 67

5.1 Circuito 1 - Avenida Central

5.2 Circuito 2 - Sete Bicas, atual Rua Ramilo Borges

5.3 Circuito 3 - Transcol (Linhas 821,843 e 898)

CONSIDERAÇÕES FINAIS 77

REFERÊNCIAS 78

Apresentação

Caros colegas professores,

Compartilho com vocês e demais interessados este e-book (livro eletrônico) que foi produzido como parte integrante da pesquisa intitulada “Educação na cidade: conflitos e contradições no processo de produção do espaço do bairro Jardim Tropical na Serra/ES”, vinculada à linha de formação de professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH).

Está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas Educação na Cidade e Humanidades (Gepech), que discute as relações entre cidade e educação, em uma abordagem que fomenta o diálogo entre diferentes espaços da cidade por meio de visitas (viagens formativas) e de estudos sobre esses locais. Foi desenvolvido a partir do contexto profissional da primeira autora que trabalha em uma escola do ensino fundamental localizada no bairro investigado.

A pesquisa se relaciona com o ensino em humanidades por considerar as relações sociais inseridas no contexto da produção do espaço local e se desenvolveu visando a problematizar a constituição do espaço urbano do referido bairro e suas relações com o processo de mudanças do município de Serra, na perspectiva da educação na cidade, buscando aclarar a interrogação: quais conflitos e contradições podem ser revelados com o estudo do processo de constituição do espaço urbano do bairro Jardim Tropical, no contexto de mudanças do município de Serra, na perspectiva do direito à cidade?

Para tanto, foi realizado um estudo empírico do objeto de estudo em questão com o intuito da elaboração deste material educativo a ser compartilhado com professores da educação básica.

Neste livro apresentamos informações sobre a trajetória da constituição do bairro Jardim Tropical, inserido no processo de mudanças urbanas do município de Serra, visando à ampliação dos conhecimentos a partir da investigação dos espaços da cidade, em uma perspectiva crítica, desenvolvida para professores dos anos iniciais do ensino fundamental.

Por meio dessas informações, buscamos problematizar os conflitos e contradições que podem ser revelados com o estudo do processo de constituição do espaço urbano do bairro, a partir da análise dos dados coletados ao longo da pesquisa e de proposta formativa que contempla o roteiro de visita mediado no local investigado.

Para isso, dialogamos com os pressupostos de educação na cidade e o conceito de direito à cidade, no intuito de contribuir com o trabalho docente, a partir da ampliação do entendimento acerca dos espaços da cidade, em especial, o bairro Jardim Tropical.

Para tanto, organizamos este e-book (livro eletrônico) em cinco capítulos. No primeiro, discutimos a relação do direito à cidade e a produção do urbano em frente à sociedade capitalista que segrega os grupos sociais, privilegiando um em detrimento de outros.

No Capítulo 2, apresentamos reflexões sobre os fundamentos da educação na cidade, com o intuito de estabelecer o diálogo entre a escola e a cidade, com ênfase na educação como processo de apropriação de conhecimento imprescindível para a formação humana (CHISTÉ, 2017). No Capítulo 3, descrevemos elementos sobre a produção do espaço urbano do bairro Jardim Tropical, com o intuito de evidenciar os possíveis conflitos e contradições na constituição desse espaço, perpassando pela ação do Poder Público, acumulação do capital e relações sociais.

Neste trabalho, utilizamos produções contextualizadas com o espaço local, como poesia e o grafitti, além de recursos, como imagens, reportagens, documentos e relatos de moradores, como fontes para problematizar o objeto investigado, em uma tentativa de desvelar uma realidade que vai além da aparência, por meio da análise esboçada no Capítulo 4. No quinto e último capítulo, descrevemos a proposta de viagem formativa com a visita aos espaços do bairro investigado, como propõem Vasconcelos e Chisté (2018).

Devido à suspensão das atividades presenciais nas escolas, nos anos de 2020 e 2021, em decorrência da pandemia Covid-19, optamos por realizar um questionário, via Google Forms, com professores dos anos iniciais da Emef Olivina Siqueira, com o objetivo de angariar subsídios para a elaboração deste produto.

A partir dessas informações, foi construído um protótipo, que foi validado tecnicamente, como aponta Chisté (2019), pelos membros do Gepech, composto por professores doutores, mestrandos e egressos do PPGEH do Ifes.

Além desse momento coletivo, complementamos a validação oferecendo o protótipo do material a uma professora que atua na escola Emef Olivina Siqueira. O compartilhamento do material ocorreu de modo digital e a referida professora fez a avaliação retornando suas impressões e indicações por meio de registro escrito, no qual se constata, em suas considerações, a importância deste material educativo, no sentido de ajudar a propor reflexões sobre a realidade da comunidade local.

Esclarecemos que este material* não se trata de um manual, mas de uma proposta que pode contribuir para o desenvolvimento de ações de ensino dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental, em especial, os professores da Emef Olivina Siqueira.

* Agradecemos ao Instituto Federal do Espírito Santo o apoio para a produção desse livro digital.

Introdução

A necessidade de investigar sobre o bairro surgiu de uma demanda oriunda de uma sala de aula da Emef Olivina Siqueira, localizada no bairro Jardim Tropical, Serra/ES. Ao propor o desenvolvimento de uma atividade sobre o bairro e a escola em uma turma do 4º ano do ensino fundamental, identificamos dificuldades em acessar informações sistematizadas, críticas, que revelassem o processo histórico da comunidade.

Quando consultamos a temática do bairro no livro didático da turma, observamos que o livro apresentava apenas informações sobre seus aspectos físicos e técnicos, como localização, área, infraestrutura, população de outras comunidades, dados que não ajudavam a visualizar a realidade social do bairro em sua complexidade.

Tais dificuldades encontradas nos levaram a averiguar com outros professores que havia necessidade de buscar informações sobre o tema. Foi, então, que elaboramos um questionário pela plataforma Google Forms, no qual identificamos que os professores demonstraram interesse em aprimorar os conhecimentos sobre o tema e sinalizaram a urgência da elaboração de um material sistematizado sobre o bairro.

Por estar participando do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Cidade e Humanidades (Gepech/Ifes), que defende o direito à cidade, a partir de Lefebvre (2001), e discute as relações da cidade com uma educação integral dos sujeitos, percebemos que as reflexões propostas pelo grupo poderiam ajudar os professores a ampliar seus conhecimentos sobre o bairro a partir de uma abordagem crítica da realidade local.

Por esse motivo, surgiu a oportunidade da elaboração deste material para oferecer uma possibilidade de organização do ensino para professores dos anos iniciais do ensino fundamental sobre o bairro, em perspectiva crítica e dialógica, como pressupõe a abordagem da educação na cidade, proposta pelo Gepech.

Desse modo, propomos, neste material educativo, um estudo com o objetivo de problematizar os conflitos e contradições que podem ser revelados no processo de constituição do espaço urbano do bairro, a partir da análise dos dados coletados ao longo da pesquisa, das problematizações a partir das manifestações artísticas, como a poesia e o grafitti e da proposta formativa com visita aos espaços do local investigado.

Para alcançar o objetivo delineado, em termos teórico-metodológicos, buscamos inspiração em princípios do materialismo histórico e dialético e de pressupostos sobre direito à cidade, desenvolvidos por Henri Lefebvre, além de outros pesquisadores, como Ana Fani Carlos e Raquel Rolnik.

A partir do referencial teórico supracitado, procuramos compreender a cidade como o lugar que reúne e concentra as pessoas. Rolnik (1995) descre-

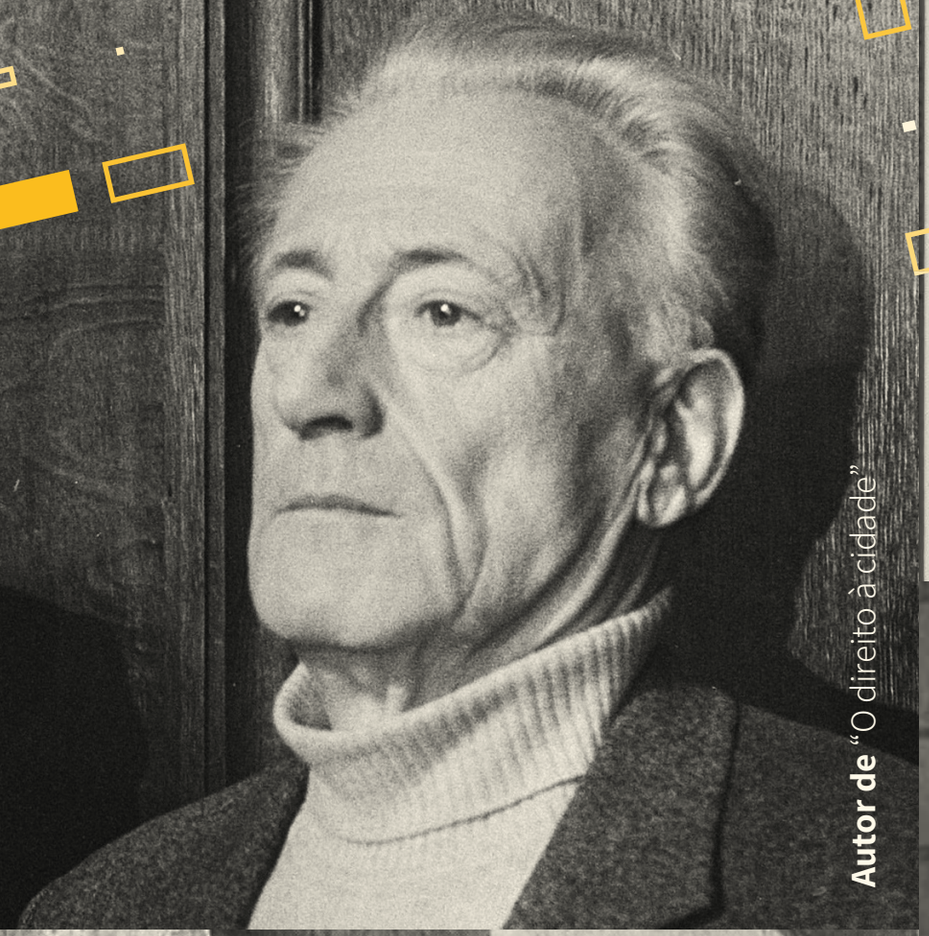
ve que a cidade é o lugar da aglomeração, do encontro e das relações sociais, o lugar dos registros dos acontecimentos, dos modos de vida, da história e da memória, dos conhecimentos e acumulação de riquezas. Esses registros também se relacionam com o desenho das casas, dos muros, das ruas e da história daqueles que as construíram.

Lefebvre (2001, p. 52), aponta que "[...] a cidade é a obra de uma história", uma história produzida por pessoas que intervêm e modificam o espaço urbano. Logo, quando falamos em cidade, há de se fomentar uma análise para além das dimensões físicas e quantitativas, mas, sobretudo, considerando as relações entre os grupos de maior e menor poder econômico, entrelaçadas pelas ações do Poder Público.

Contribuindo com esse pensamento, Carlos (2018, p. 26) enfatiza que "[...] a cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social, [...] é também um campo privilegiado de lutas de classe".

Nesse sentido, nossa proposta, pautada em uma visão contra-hegemônica da educação na cidade, visa a compreender o bairro à medida que os conflitos e contradições surgem no processo de construção desse espaço urbano, a partir de três níveis de análise, em que se fundem "[...] os interesses do capital, a ação do poder público e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade" (CARLOS, 2018, p. 26).

Assim, pensamos que a defesa de um trabalho educativo que aposte na perspectiva da educação na cidade possa se configurar como um modo de resistência às tendências hegemônicas que naturalizam as desigualdades materializadas no cotidiano do espaço urbano.



Autor de "O direito à cidade"

1 DIREITO À CIDADE

1 DIREITO À CIDADE

Cidade sem saudade

Cidade sem saudade
Seus olhos
Perdidos na escuridão
Seus olhos
Vindo em minha direção
A polícia me persegue pelas ruas
Eu me escondo na multidão
Debaixo do viaduto
Olha o mundo atravessado
Eu sou um carro vivo na contramão
Seus olhos
Perdidos na escuridão
Seus olhos
Vindo em minha direção
Só eu te vejo
Nessa confusão
Cidade sem saudade
Espírito vazio
O amor sendo vendido na sua mão
Cabeça pensante no inimigo
Artigo de luxo é ter destino
sem ter na rota a turma do Caverão
Cidade sem saudade
Seus olhos
Não enxergam a minha vocação
Seus olhos
Esqueceram como é o brilho de uma emoção
Sai dessa manipulada condição
Sai dessa cidade sem saudade sem coração
Veja nos seus olhos
Eu também sou seu irmão
Um simples cidadão.

(Marcos Peu, 2021)

A proposta de explanação dos conceitos teóricos que embasam esse material perpassa pelo desejo de utilizar produções do contexto do objeto investigado. Para tanto, a poesia composta por Marcos Peu, professor da Emef Olivina Siqueira, da rede municipal de ensino de Serra-ES, que versa sobre os processos de desigualdades no cenário da cidade, nos remete a fazer uma leitura da cidade, no sentido de trazer à tona fenômenos discriminatórios.

A poesia apresenta uma cidade segregada, atravessada pela desigualdade, na qual determinado grupo elitizado se sobrepõe a outro, pela condição econômica produzindo a divisão da sociedade em classes.

Nesses temos, a cidade torna-se sem saudade porque deixa de ser para todos, para servir a um grupo privilegiado, deixa de ser o lugar do encontro para ser o lugar do lucro e dos negócios, deixa de ser uso para prevalecer a relação de troca.

Nesse sentido, entendemos a cidade como um processo de produção humana quando e quando orientado pelos ditames do capital, se apresenta carregada de desigualdades.

Compreendemos que do mesmo modo em que se produziu esse processo desigual, também é possível apontar outras possibilidades, na busca por uma sociedade mais justa, identificada por Lefebvre com a expressão direito à cidade. Para tanto, propomos discutir nesse primeiro capítulo sobre o conceito, com maior detalhamento.

O termo direito à cidade foi proposto pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, nascido em 16 de junho de 1901 e falecido aos 90 anos em 29 de junho de 1991. Esse autor escreveu mais de 70 livros, dentre os quais destacamos “A produção do espaço urbano”, “A revolução urbana”, “Do rural ao urbano” e “O direito à cidade”. Lefebvre produzia seus textos inspirado no marxismo, fazendo a análise da influência do capitalismo no espaço urbano. A partir da obra de Lefebvre, outros autores também têm desenvolvido discussões sobre o direito à cidade, como a professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), Ana Fani Alessandri Carlos e a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, também professora da USP.

As ideias de Lefebvre foram divulgadas no Brasil a partir da década de 1970, em uma tentativa de contribuir com proposições para se compreender o mundo a partir da problemática urbana. O autor descreve sobre períodos de transição vividos pela sociedade, mostrando alguns elementos dessa realidade, fazendo uma crítica em direção a um novo projeto de urbano.

Mas, afinal, o que seria o direito à cidade com base nos escritos de Lefebvre?

Entendemos que o conceito de direito à cidade ao qual estamos nos referindo não se trata apenas de um direito legal individual e/ou uma demanda por infraestrutura ou projeto urbanístico. Trata-se de um conceito que aponta para o sentido de incluir todos os cidadãos, independentemente de sua condição social, um direito “[...] à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados” (LEFEBVRE, 2001, p. 7). Trata-se de uma nova maneira de se apropriar dos espaços da cidade de forma igualitária, uma transformação do pensamento humano no sentido de incluir todos os indivíduos. Nas palavras de Lefebvre (2001, p.134),

> *O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direto à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.*

Nesses termos, Lefebvre (2001) realiza uma crítica ao modelo de sociedade capitalista que se apropria de uma parcela do espaço urbano e determina quem são os moradores que devem ocupar um ou outro lugar, ampliando as desigualdades sociais no espaço urbano.

Lefebvre apresenta essa problemática urbana por meio de um ponto de partida: a industrialização. Para o autor, não há como contestar que a industrialização é “[...] o motor das transformações na sociedade” (LEFEBVRE, 2001, p. 11).

Nessa estrutura de sociedade urbano-industrial, surgem as grandes metrópoles, os grandes centros urbanos que se desenvolvem no entorno das indústrias que têm seu espaço modificado pelos investimentos do Poder Público em infraestrutura como vias de circulação, água, luz, esgoto, transporte público, escolas, hospitais, comércio variado e opção de lazer, promovendo um processo de valorização espacial, habitado pela população de maior renda, como cita Carlos (2018).

Paralelamente, aparecem os problemas típicos das cidades, restando à parcela da população de menor poder aquisitivo ocupar áreas deterioradas e abandonadas pela elite, áreas com ausência de infraestrutura e mais distantes das zonas privilegia-

das da cidade. Dessa forma, a sociedade urbana se transforma em "[...] sentido e finalidade da industrialização", conforme Lefebvre (2001, p. 7).

O processo de industrialização-urbanização está inserido em um contexto de crise da cidade/urbana:

> *O duplo processo (industrialização-urbanização) produz o duplo movimento: explosão-implosão, condensação-dispersão (estouro) já mencionado. É, portanto ao redor desse ponto crítico que se situa a problemática atual da cidade e da realidade urbana (do urbano) (LEFEBVRE, 2001, p.77-78).*

Nesse caso, o espaço passa a ser instrumentalizado, controlado para atender apenas às necessidades político-econômicas de grupos dominantes que promovem a ampla devastação da natureza, da saúde e do bem-estar das pessoas e da dignidade humana, ampliando os processos de desigualdade social por meio da segregação dos espaços fundada na propriedade privada.

Com a mercantilização do espaço, a terra passa a ser uma mercadoria que deixa de atender a uma carência da humanidade para ser compreendida como produto que se pode barganhar ou substituir por outro, visando ao lucro.

Carlos (2018, p. 47), apoiada nos conceitos marxistas, explica esse fenômeno destacando que

> *[...] a teoria do uso do solo urbano deve ser analisada a partir da teoria do valor, fundamentada na unidade entre valor de uso e valor de troca. [...] a discussão do valor do espaço nos remete à ideia do espaço-mercadoria, e a forma através da qual o espaço apropriado aparecerá como propriedade de alguém.*

Quando a terra passa a ser mercadoria, o espaço urbano se torna propriedade de determinados grupos seletos que podem pagar por ele. Nesse sentido, a produção do espaço urbano é atravessada pela dinâmica do capital, quando o espaço fica submetido ao controle do poder econômico, promovendo a segregação socioespacial.

Acrescentamos, sobre esse processo de produção do espaço, a citação de Carlos (2018, p. 80):

> *[...] o uso do solo urbano dá-se, pois, mediante disputa determinada quer pela necessidade do uso – e mesmo expansão de certos tipos de uso, como pela utilização da terra como reserva de valor [...]. O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos, pois o processo de representação espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para indivíduos privados.*

Inserido nessa dinâmica de produção do espaço na sociedade capitalista, Carlos (2001, p.12) propõe três níveis de análise: dominação política, acumulação do capital e realização da vida humana.

O espaço urbano permeia por esses níveis, quando observamos o controle do poder público na organização dos espaços em planos de desenvolvimento, nas elaborações das legislações, nos processos de desapropriação, na construção de novas vias de circulação, os quais produzem novos fatores e novas formas de consumo para a acumulação de capital, como novos empreendimentos imobiliários, por exemplo.

Concomitantemente, esse mesmo espaço urbano ainda mantém os traços da realização da vida humana, materializando-se nos pontos de encon-

tro, da interação entre as pessoas como forma de resistência.

Contudo, o processo de segregação socioespacial fundamentado na propriedade privada assegura esse domínio sobre o espaço, tanto no plano material quanto no plano social, reproduzindo no outro o mesmo desejo do "sonho" de ser proprietário e, assim, dando continuidade ao processo de exclusão.

Nessa direção, visa ao valor de troca[1], compreendido como uma forma de domínio do espaço realizada pela propriedade privada da terra e das intervenções do Poder Público.

Em contrapartida, a apropriação sinaliza para o valor do uso[2], a construção do lugar, a identidade, o pertencimento, considerados como movimentos coletivos de criação e resistência para vislumbrar uma alternativa em frente às desigualdades sociais.

Lefebvre (2001), em seus estudos sobre a sociedade urbana, capta esse registro, no sentido de compreender a lógica das forças que atuam na sociedade com ênfase no capital, trazendo à tona as desigualdades entre os grupos sociais.

O autor analisa essa disputa entre as classes sociais, inseridas na sociedade do capital, e enfatiza a necessidade de uma nova via, um novo caminho (utopia), uma nova proposta para se apropriar da cidade de maneira a não privilegiar um em detrimento do outro, uma experiência de conquista que emerge das relações sociais dos sujeitos, visando à coletividade.

Desse modo, o conceito de direito à cidade proposto por Lefebvre (2001) nos permite compreender o processo de constituição dos espaços urbanos a partir da análise dos conflitos e contradições que acontecem na rua, no bairro, na cidade, no entorno dela, na sua totalidade, como explica Chisté (2018, p. 89):

> *[...] um espaço da cidade não se explica por si mesmo. É preciso situá-lo na totalidade que é a cidade e que também é a história dessa cidade, do estado, do país etc. Assim, é necessário compreender determinados espaços ou acontecimentos da cidade a partir da totalidade que é a própria cidade, pois falar de totalidade implica analisar algo que não se explica por si mesmo, mas que mantém relação com outros fenômenos. Para compreendermos a cidade teremos que escavar as relações que constituíram esse local. Essas relações muitas vezes estão enterradas, por isso, necessitamos investigar mais para podermos alcançar como este fenômeno se desenvolveu, entendendo-o como um momento de uma vida maior. Além disso, Lefebvre considera importante compreender os espaços urbanos como produto do trabalho humano, constituídos por relações contraditórias. Essas relações de conflito podem ser não antagônicas, potencializando os indivíduos por meio do respeito à diferença, ou serem antagônicas, na tentativa de explorar e anular o outro. A partir do entendimento desse autor, caberia, então, visitar o espaço citadino e questionar quais são as contradições que estão veladas na cidade de modo a captar o que está oculto nela.*

[1] Gianella et al. (2019, p. 9) reiteram os pressupostos de Marx quando registram que "[...] o valor de troca aparece como uma relação "quantitativa" resultante da proporção entre valores de uso dos produtos trocados entre si".

[2] "[...] os valores de uso referem-se ao produto na medida em que forem necessários como meio de existência".

Para tanto, entendemos que uma possibilidade de ponto de partida para a compreensão e apropriação do espaço urbano na sua totalidade possa ser a partir da conscientização por meio da educação, mesmo que esta não se caracterize como uma via única para a realização desse projeto. Todavia, por meio da educação, que considera a análise crítica dos espaços da cidade, torna-se possível revelar muitas contradições do espaço que vão além da aparência.

Dessa forma, a apropriação desse conhecimento pode nos remeter a um entendimento mais elaborado da realidade do espaço investigado e a um movimento de possibilidades de ações para o futuro, principalmente quando estamos inseridos no ambiente escolar.

REVISANDO O APRENDIZADO

LEITURAS COMPLEMENTARES

Para saber mais sobre os estudos relacionados com o direito à cidade, selecionamos alguns links, dentre os quais destacamos a Revista *Geousp – Espaço e Tempo*, que é uma publicação do Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana (PPGH) e do Programa de Pós-Graduação de Geografia Física (PPGF) da Universidade de São Paulo, com acesso gratuito e sem fins comerciais e que possui uma enorme variedade de textos sobre o tema.

Disponibilizamos, a seguir, alguns desses links nos quais vocês poderão complementar os estudos:

- **Segregação socioespacial e o direito à cidade:**
  https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/177180

- **O dossiê Henri Lefebvre e a problemática urbana na Geousp:**
  https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/164015

- **Entre o direito à literatura e o direito à cidade: mediações das "Cidades invisíveis" para a formação do leitor responsivo.**
  https://gepech.wordpress.com/

2 EDUCAÇÃO NA CIDADE

2 EDUCAÇÃO NA CIDADE

A partir do que aprendemos sobre o direito à cidade, pensamos em um modo de discutir esse conceito por meio da educação. Nesse sentido, propomos um diálogo com os estudos ligados à educação na cidade, proposta que sinaliza a necessidade do olhar pedagógico e intencional para a cidade. Mas afinal, o que é educação na cidade? Quais reflexões podemos fazer quando nos referimos a essa expressão? Vejam só: quando falamos em educação e no papel do professor no desenvolvimento dos estudantes, em todos os aspectos, imaginamos ser a educação o movimento que leva o sujeito ao crescimento intelectual, social, afetivo; e o professor, aquele que impulsiona esse movimento de mudança por meio do trabalho pedagógico.

Mas, onde a cidade entra nessa história? Seria a cidade apenas uma aglomeração humana em uma área geográfica? Que papel a cidade pode desempenhar na educação?

O fenômeno da vida urbana na cidade traz à tona várias possibilidades de aprendizagem, seja nos espaços, seja nos tempos, seja nas condições históricas, geográficas e sociais. Por isso, os estudos que envolvem a cidade são um verdadeiro celeiro de oportunidades educativas. Por esse motivo, educação na cidade nos remete a uma forma de pensar que

> *[...] depreende processos de apropriação de conhecimentos diversos e pode ser efetivada em variados locais sejam eles a escola, a rua, o museu, os monumentos históricos, os prédios, as pinturas dos muros, os parques ecológicos, as praças, as instituições bancárias, os postos de saúde, os hospitais, os centros comunitários, o comércio em geral, a igreja etc. Basta para isso termos a intenção e condições objetivas para fazê-lo (CÔCO et al., 2018, p. 51).*

É importante indicar que a opção por essa terminologia está relacionada com uma aposta e defesa no trabalho educativo desenvolvido pela escola, de preferência pública, de modo intencional e crítico, que busca compreender a cidade e o modo de vida urbano como potencialmente educativos e formativos.

A perspectiva da educação na cidade constitui uma proposta de trabalho defendida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Educação na Cidade e Humanidades (Gepech), sediado no Ifes, campus Vitória. Essa proposta se materializa a partir de três objetivos que orientam as ações do grupo, a saber: a) discutir relações entre a cidade e a educação a partir de áreas do conhecimento ligadas às humanidades; b) planejar, executar e avaliar formações de professores da educação básica que contribuam com reflexões sobre os espaços da cidade; e c) sistematizar materiais educativos que discutam e apresentem propostas relacionadas com a cidade.

Com base nesses objetivos, Côco *et al.* (2018) destacam que o Gepech tem, como premissa, as discussões das relações teórico-práticas que se contrapõem às propostas hegemônicas dos estudos

sobre a cidade, como os conceitos de Cidade Educativa e Cidade Educadora que, segundo Vasconcelos e Chisté (2018), apresentam tendências neoliberais, delegando à sociedade civil a obrigação de implementar e executar políticas sociais, eximindo o Estado da sua responsabilidade.

Em contrapartida, os estudos sobre a educação na cidade, propostos pelo Gepech, fomentam formas de desvelar os espaços citadinos por meio de ações educativas que desencadeiem, de forma coletiva, meios para a não reprodução de propostas conservadoras. Para alcançar esse propósito, o Gepech sinaliza a realização de pelo menos três abordagens investigativas:

> *[...] (1) abordagem que fomenta o diálogo entre diferentes espaços da cidade por meio de visitas (viagens formativas) e de estudos sobre esses locais; (2) abordagem que promove o estudo sobre a cidade, estimulando a compreensão de diferentes versões sobre o seu processo histórico de transformação, inferindo sobre os aspectos ideológicos de cada uma delas; e (3) abordagem que contempla o estudo das diferentes representações criadas e inspiradas pela vida na cidade, tais como pinturas, filmes, propagandas, músicas, poesias, romances etc., pois, a partir de diferentes obras de arte, é possível revelar modos de compreensão da cidade, sejam eles hegemônicos ou contra-hegemônicos (VASCONCELOS; CHISTÉ, 2018, p. 62).*

Dessa forma, propomos realizar um movimento de discussão sobre determinados espaços da cidade, como o bairro, por exemplo, considerando as produções no contexto do lugar investigado, como as visitas mediadas, produções artísticas desenvolvidas sobre esse lugar.

Nesse sentido, conforme a terceira abordagem proposta pelo Gepech, entendemos que as produções artísticas representam uma forma de reflexão e problematização sobre diversos temas presentes na vida urbana.

Reforçando o que já dissemos, os estudos referentes à educação na cidade nos mostram que se faz necessário olhar a cidade não apenas na sua aparência, em termos de sua morfologia, sua estética, mas também como um estudo que nos sinaliza a olhar a cidade de maneira crítica, considerando que a realidade urbana é constituída por um processo dialético que envolve a cidade e as contradições geradas no processo de sua constituição. Os estudos, na perspectiva da educação na cidade, propõem a análise concreta e material dos espaços da cidade como fonte de conhecimento crítico e problematizador da condição social que se potencializa na escola.

Ainda busca estabelecer o diálogo entre a escola e a cidade, com ênfase na educação como processo de apropriação de conhecimento imprescindível para a formação humana, e visa a potencializar a escola pública e estimular diferentes mediadores a realizar proposições que rompam com os modos tradicionais de compreensão dos espaços citadinos e, consequentemente, com os modos de entendimento da sociedade desigual em que estamos inseridos, na tentativa de contribuir com a sua superação (CHISTÉ, 2017).

Nessa direção, o espaço da cidade a ser investigado será o bairro Jardim Tropical em Serra-ES, cujo estudo será desenvolvido com os professores da Emef Olivina Siqueira, situada no mesmo bairro.

A partir desse estudo, que se desenvolve no próximo capítulo, pretendemos ofertar uma outra proposta que desencadeie novos processos de aprendizagem por meio da discussão teórica, das produções artísticas do contexto da cidade e da visita mediada ao espaço local.

Nesse sentido, pretendemos revelar quais conflitos e contradições emergem desse processo de constituição do espaço urbano do bairro Jardim Tropical, por intermédio da análise dos dados obtidos na investigação do nosso objeto.

Para contribuir com nosso intento, propomos a problematização por meio da manifestação artística do graffiti produzido nos muros de uma rua do bairro, como forma de apropriação dos espaços da cidade, na qual todos os cidadãos são incluídos.

REVISANDO O APRENDIZADO

Diálogos entre diferentes espaços e elementos que podem revelar modos de compreensão da cidade

EDUCACÃO NA CIDADE

Problematiza conceitos como Cidade Educativa (Relatório Aprender a Ser) e Cidade educadora (Unesco)

Propostas emancipadoras que têm a escola como elemento articulador

LEITURAS COMPLEMENTARES

Para saber mais sobre os estudos do Gepech relacionados com a educação na cidade, acesse o site https://gepech.wordpress.com. Lá você encontrará diversos trabalhos realizados pelos integrantes do grupo, como dissertações, artigos, materiais educativos e livros.

Disponibilizamos, a seguir, os links referentes aos livros publicados pelo Gepech:

- **EUCACÃO NA CIDADE: Conceito, reflexões e diálogos.**
  https://gepech.files.wordpress.com/2019/03/final_livro_2019_educac3a7c3a3o-na-cidade.pdf

- **EUCACÃO NA CIDADE E HUMANIDADES: abordagens metodológicas abordadas pelo Gepech.**
  https://gepech.files.wordpress.com/2019/12/livro-humanidades_final.pdf

- **EDUCACÃO NA CIDADE: diálogos e caminhos do Gepech.**
  https://gepech.files.wordpress.com/2021/04/ebookeducaccca7acc83o-na-cidade-1.pdf

Outra sugestão para enriquecer seus conhecimentos é a leitura do texto escrito pela professora Priscila Chisté, em 2017, e publicado na Revista de Pedagogia Social.

Você poderá acessá-lo por meio do link:

http://www.revistadepedagogiasocial.uff.br/index.php/revista/article/view/64

Boa leitura!

3 O BAIRRO JARDIM TROPICAL

3 O BAIRRO JARDIM TROPICAL

3.1 Nosso ponto de partida: a Emef Olivina Siqueira

Figura 1 – Vista da escola Olivina Siqueira

Fonte: Siqueira (2021).

Para iniciarmos a descrição do bairro Jardim Tropical, partiremos da Emef Olivina Siqueira[3], de onde surgiu a motivação para a realização desse material. Notamos, imagem da **Figura 1**, que a escola Olivina Siqueira fica localizada na esquina onde ocorre o cruzamento entre a avenida Dido Fontes e a avenida Central do bairro Jardim Tropical. Trata-se de uma parte do bairro bastante movimentada, especialmente em horários de fluxo de pessoas para o trabalho ou para as atividades escolares. No caso da escola Olivina Siqueira, a entrada do público se efetiva por um portão localizado na avenida Central (**Figura 1**).

Em relação ao prédio da escola Olivina Siqueira, ele é antigo e possui dois pavimentos. O andar superior é acessado por escadas. Como informado, a entrada da escola ocorre por um portão na Avenida Central que possibilita o acesso ao rol da escola, que também funciona como espaço para refeitório. Para isso, deve-se transpor a área da quadra coberta que é utilizada pelas crianças como pátio, nos horários de recreio. Desse modo, os espaços da escola foram sendo adaptados em função das várias necessidades.

[3] Fontes localizadas na pesquisa indicam que a escola foi criada oficialmente por meio de Ato de Criação nº 681/1977 e Resolução do CEE nº 41/1975.

Figura 2 – Fachada atual da escola

Fonte: Siqueira (2021).

A denominação da escola foi em homenagem à professora Olivina da Conceição Siqueira. Dados biográficos dessa professora mostram que ela foi casada com Manoel Siqueira de Miranda, com o qual teve uma filha chamada Altair Siqueira Costa. Cabe registrar que o nome de sua filha também foi utilizado como denominação de uma outra unidade de ensino de Serra, localizada no bairro Jardim Limoeiro, vizinho ao bairro Jardim Tropical.

Em levantamento realizado, apreendemos um pouco mais de informações sobre quem foi Olivina Siqueira. Como professora, lecionou, inicialmente, na região de Baunilha, em Colatina/ES, norte do Estado do Espírito Santo. Posteriormente, veio morar em Serra-sede, na casa grande, local que foi sua residência até a sua morte. A referida casa foi representada na forma de pintura, conforme podemos observar na **Figura 3**.

Figura 3 – Pintura da casa da professora Olivina em Serra-sede

Fonte: Acervo de Altair da Penha, bis neta da professora Olivina (2021).

Atualmente, a rua onde morava a professora Olivina ainda mantém certos vestígios daquela época, como a arquitetura das escadas registradas na **Figura 4**.

Figura 4 – Rua onde morou Olivina Siqueira em Serra-sede

Fonte: Siqueira (2021).

A professora Olivina Siqueira também era muito religiosa e atuou ativamente organizando os eventos ligados à Igreja Católica, conjuntamente com os líderes dos distritos de Carapina, Serra, Caraípe Praia e Boapapa, hospedando-os em sua casa. Era ativa nas atividades religiosas de regiões como Muribeca, Morrinhos, Putiri, Calogi, Jacaraípe, Nova Almeida, Chapada Grande e Fazenda Roncetti. Além disso, ajudava a manter financeiramente o Serra Futebol Clube. O estádio do Serra Futebol Clube recebeu, posteriormente, o nome do seu neto, Roberto Siqueira Costa, que foi vereador e presidente da Câmara dos vereadores de Serra, no período de 1964 a 1965. Seu genro, Theotônio da Costa Pereira, também foi vereador e presidente da Câmara de Vereadores de Serra de 1948 a 1950.

A professora Olivina Siqueira lecionou para importantes personalidades capixabas, como João Calmon (advogado, empresário, deputado federal) e Sólon Borges (advogado, radialista e prefeito da cidade de Vila Velha). Foi uma mulher atuante na comunidade de Serra-sede, gostava de usar vestidos longos e de mangas compridas. Morreu vítima de um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Seus restos mortais estão enterrados no jazigo da família, no cemitério Santo Antônio em Serra-sede. Infelizmente, não conseguimos o registro das datas no nascimento e falecimento de Olivina Siqueira, nem mesmo no seu túmulo, conforme **Figura 9**.

Figura 5 – Jazigo da família da professora Olivina

Fonte: Siqueira (2021).

O conjunto dessas informações foi registrado por entrevista realizada com sua bisneta Altair da Penha Santana, 67 anos, pedagoga aposentada. Altair atuou na Emef Manoel Carlos de Miranda, localizada em José de Anchieta, bairro vizinho a Jardim Tropical. Para registrar a memória da família, Altair da Penha elaborou um portifólio da vida da sua bisavó, avó e mãe que muito contribuíram para a educação serrana.

Figura 6 – Imagem da professora Olivina Siqueira

Fonte: Acervo de Altair da Penha, bisneta da professora Olivina (2020).

Esses dados indicam que a identificação da escola pode ser entendida sob duas perspectivas. Uma, que é o reconhecimento do trabalho de uma pessoa que contribuiu com a educação do município, o que é bastante louvável. Em contrapartida, o nome da professora Olivina Siqueira pode revelar também um modo de reificar determinados nomes de famílias tradicionais no espaço público. É interessante notar que, geralmente, esses nomes possuem referências com a classe dominante, ligadas ao universo político ou a ordens militares (juristas, militares). Nomes que identificam e guardam a memória de referências populares, que lembram lutas sociais e coletivas, são geralmente escassos em nossa tradição e prática de nomear as instituições públicas.

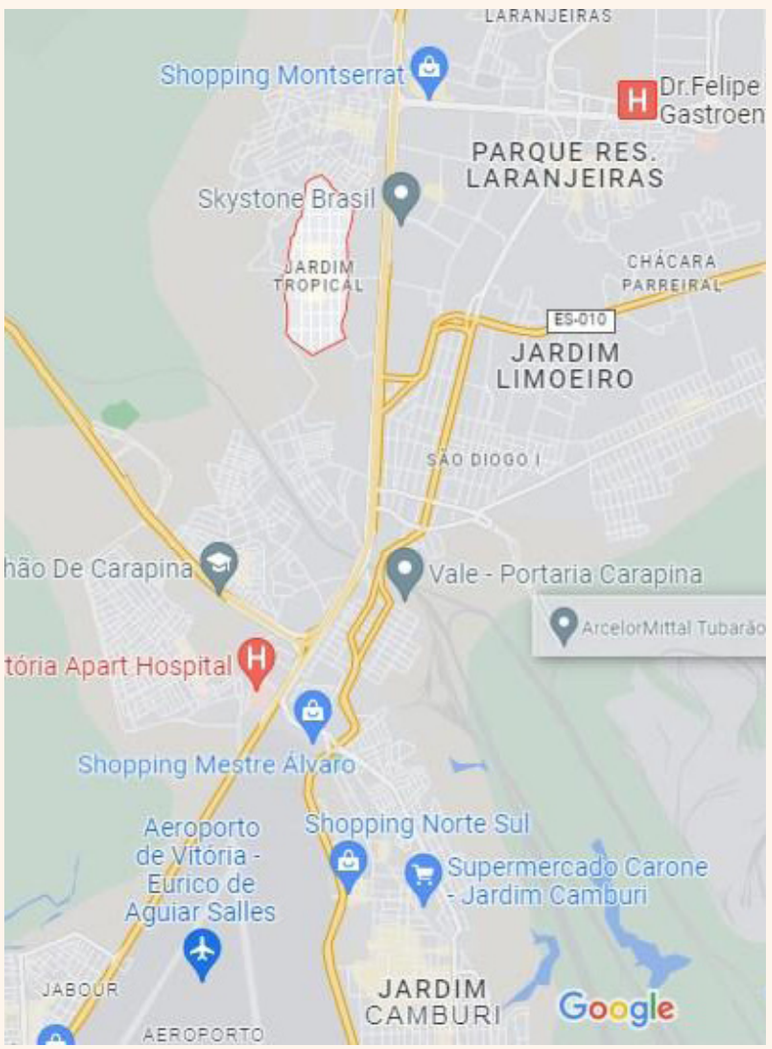
Quanto ao público atendido pela escola, destacamos que apresenta condições de vida muito diversas, por se tratar de estudantes que vivem em regiões com diferentes características que constituem o bairro Jardim Tropical. Essa diversidade pode ser entendida pelas variadas formas dos elementos que constituem o espaço local. Sobre essa dimensão, é importante situar que o bairro Jardim Tropical pode ser entendido como fruto de conflitos, disputas e desigualdades materializadas no espaço urbano, que descreveremos no próximo tópico.

3.2 Conhecendo o bairro Jardim Tropical

Investigar o bairro Jardim Tropical, na perspectiva da educação na cidade, exige um olhar atencioso para diferentes aspectos. Entendemos que, para alcançar uma compreensão crítica desse lugar/região, torna-se necessário tecer relações entre aspectos de natureza local, regional, nacional e global. Nesse sentido, para abordarmos o referido bairro, partimos de um panorama apreendido a partir de fontes cartográficas, buscando tecer relações sobre as influências do entorno em relação ao bairro.

Optamos por esse recurso, pois, conforme Arrais (2017), os mapas constituem um dos modos de ver a cidade. São representações que revelam a técnica que planifica a cidade, mas também comportam elementos representativos de dados naturais, de circulação, de limites territoriais, de pontos de destaque, dentre outros. Assim, no mapa a seguir (**Figura 7**), temos a representação da localização do bairro e seu entorno.

Figura 7 – Mapa com a localização do bairro Jardim Tropical



Fonte: Google Maps (2021)

Notamos, na representação do mapa de Serra (**Figura 7**), que o tecido urbano predomina na parte leste do município, com maior concentração nas proximidades da BR 101. Essa rodovia atravessa todo o território capixaba e constitui a principal via de ligação entre os municípios da Região Metropolitana de Vitória. Ela exerce centralidade no acesso ao bairro Jardim Tropical, bem como na região do entorno, como Laranjeiras/Carapina.

Para chegar ao bairro, é necessário acessar, a partir da BR 101, a Avenida Dido Fontes. Essa avenida é plana, ampla, pavimentada, sinalizada, com fluxo intenso de veículos leves e pesados, como caminhões e tratores da empresa de terraplanagem que se localiza na região da empresa Furnas Centrais Elétricas, na planície, aos pés do Mestre Álvaro. Na extensão dessa avenida, há ocorrência de pontos de ônibus, comércios, empresas, supermercados, laboratório, praça, escolas, comércio de ambulantes, banca de revista, farmácias, caixa eletrônico de bancos, salão de beleza, dentre outros estabelecimentos, o que atrai a circulação constante de pessoas e cria intensa movimentação de veículos.

Essa via chamava-se Avenida Odilon Marques e passou a denominar-se Dido Fontes a partir da promulgação da Lei nº 1.858 de 14 de novembro de 1995, em homenagem ao professor Dido Fontes de Faria de Brito.

Figura 8 – Avenida Dido Fontes (início) – acesso ao bairro Jardim Tropical

Fonte: Siqueira (2020).

Outra importante via de circulação do bairro é a avenida Central. Trata-se de uma via sinalizada, plana, ampla, com canteiro central, ponto de ônibus, arborizada, alguns comércios e moradias variadas, conforme mostra a **Figura 9**.

As quadras de habitação são regulares e as ruas são amplas. Existem alguns becos. Nessa porção central, a maioria dos lotes está ocupada com muitas edificações de um andar, dois andares ou mais e grande parte dessas moradias têm quintais. As casas, em geral, têm muros baixos e apresentam grades de ferro nas portas e janelas.

Figura 9 – Cruzamento da Avenida Dido Fontes com a Avenida Central – parte plana

Fonte: Siqueira (2020).

Na paisagem, observamos uma quantidade significativa de árvores no canteiro central e nos quintais de algumas casas, mas a paisagem principal do bairro é, ao fundo, a belíssima vista do Mestre Álvaro.

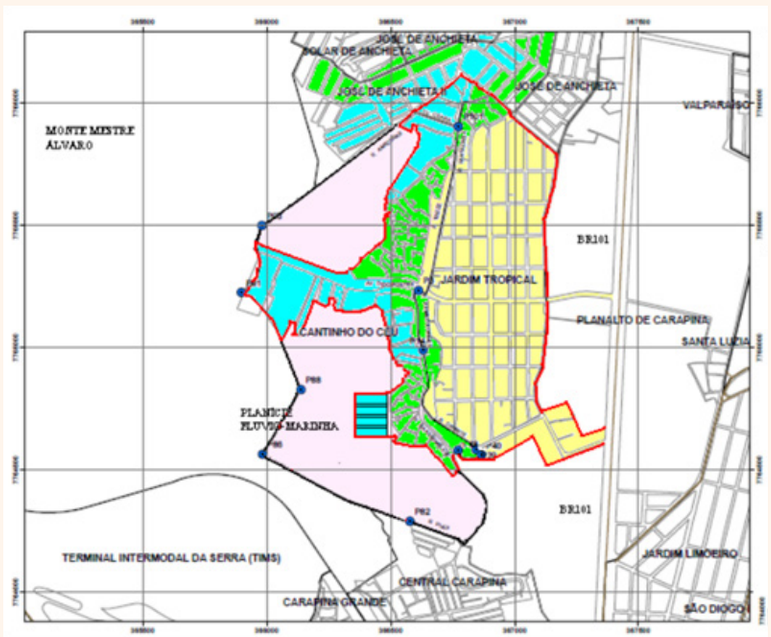
Figura 10 – Mestre Álvaro, principal ponto turístico da Serra

Fonte: Siqueira (2021).

O bairro surgiu com a ocupação do loteamento que se refere à região próxima e nivelada com a BR-101, mas, devido ao avanço do crescimento populacional do município de Serra, essa ocupação teve sua área expandida para as regiões de encosta e planície que formavam um só aglomerado composto de uma parte plana, uma região de encosta, seguida de um terceiro setor, também plano, uma planície que se estende ao encontro do Morro Mestre Álvaro, principal ponto turístico natural do município de Serra. Trata-se, portanto, de uma região que possui três camadas distintas de ocupação.

Em um primeiro plano, podemos visualizar a região que é formada por um loteamento (região amarela) mais central e nivelado com a BR-101, conforme podemos verificar no mapa da **Figura 11**.

Figura 11 – Mapa com os limites do bairro Jardim Tropical



Fonte: Saraiva (2010).

No mapa percebemos um traçado vermelho que se refere à compreensão dos moradores para conceber o espaço do bairro Jardim Tropical, porém a Prefeitura Municipal de Serra procedeu a um novo zoneamento da região e, institucionalmente, passou a considerar o bairro apenas a parte amarela do mapa.

Figura 12 – Imagens da região de encosta e da região de planície ocupada para além da área da parte planejada do bairro Jardim Tropical

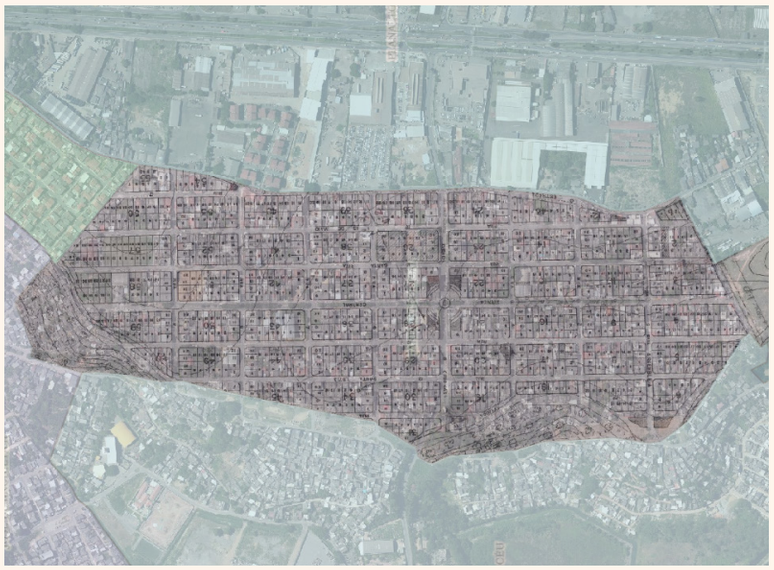
Fonte: Siqueira (2020).

Essa regulamentação teve seu início pelo Projeto de Lei nº 49, de 22 de março de 2011, de autoria do vereador Alceir Nunes de Almeida e, mais tarde, pelo Projeto de Lei nº 229, de 4 de setembro de 2015, da vereadora Neidia Maura Pimentel. Em 2016, este último Projeto de Lei foi aprovado e o bairro teve sua extensão territorial redefinida por intervenção do setor público, a Prefeitura Municipal de Serra – por meio da Lei nº 4.465 de 1º de março de 2016.

A principal característica dessa divisão foi a separação das comunidades que se formaram no entorno de Jardim Tropical, nas áreas de encosta e na planície.

Atualmente, o bairro limita-se: ao norte com o bairro José de Anchieta por meio da rua Landerico Laporti e Beco Linhares; a leste com o Planalto de Carapina e a BR-101 pela Avenida Coronel Manoel Nunes; a oeste com o bairro Cantinho do Céu e José de Anchieta 2 pela Rua Ramilo Borges (Sete Bicas) e a Rua Linha de Força; e ao sul limita-se com a empresa de energia elétrica Energia de Portugal (EDP) pela Rua Oriente, como destacado na **Figura 16**. Porém, antes da regulamentação da lei, toda a região era considerada como um bloco único.

Figura 13 – Atual divisão territorial do bairro



Fonte: Sedur/PMS (2021).

Essas comunidades foram se aglomerando no entorno do loteamento fazendo parte do bairro Jardim Tropical. Popularmente são chamadas de área de Furnas, devido à proximidade da empresa Furnas Centrais Elétricas, e Área Verde na região de encosta e planície ao redor do Mestre Álvaro.

Os espaços foram separados por meio de atos legislativos, porém a infraestrutura é única para atender às demandas das três regiões. A Unidade Básica de Saúde e as escolas atendem à população dos três bairros. Para conhecer um pouco mais sobre a região, conhecida como Área Verde, pertencente a Cantinho do Céu, destacamos que esta é formada, em sua maioria, por becos, e as casas são muito próximas umas das outras, como podemos observar na **Figura 14**.

Figura 14 – Ruas da Área Verde (região da parte inicial da encosta)

Fonte: Siqueira (2021).

Essa divisão espacial revela uma segregação velada dos grupos sociais que ocupam a região. Em visita realizada em agosto de 2020, conseguimos perceber essa organização espacial e suas fronteiras. Na **Figura 15**, observamos, ao fundo, a rua-limite do bairro Jardim Tropical. O terreno que delimita as duas regiões serve de estacionamento para os carros dos moradores, cujas casas não possuem espaço para construção de garagens.

Figura 15 – Área localizada entre Jardim Tropical e o atual bairro Cantinho do Céu

Fonte: Siqueira (2021).

Percebemos que alguns moradores não têm conhecimento dessa interferência do Poder Público em delimitar o espaço por meio de uma legislação. Para muitos deles, Cantinho do Céu e Jardim Tropical são um só bairro.

Podemos observar nesse contexto que o bairro se materializa como produto de uma ação do Estado inserida na sociedade capitalista de onde emana uma condição desigual entre os grupos sociais que é reproduzida e ampliada no contexto da produção do espaço.

Figura 16 – Camadas sociais da região

Fonte: Siqueira (2021).

A divisão das camadas sociais pode ser verificada na **Figura 16**, quando observamos a imagem da região de baixo para cima. Na base, vemos a planície ao redor do Mestre Álvaro apresentando vestígios de elementos do rural como a presença de um cavalo pastando. Ao fundo, temos a região de encosta, composta por uma maioria de casas de alvenaria, muitas delas sem acabamento. Ainda ao fundo, na parte superior, temos a região nivelada com a BR-101, destacada pela torre do condomínio Vivenda Tropical, empreendimento imobiliário em construção.

Essa região de planície possui a maioria da população na condição de baixa renda. As casas são de madeira ou alvenaria, por vezes sem acabamento. Destaca-se como a região que foi ocupada mais recentemente e a que mais sofre pela falta dos aparatos do Estado, como escolas, posto de saúde e saneamento básico. Possui uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental (Emef Manoel Vieira Lessa), inaugurada em 2011, e um Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei Natália Ramos), inaugurado em 2018.

Mesmo com a construção dessas instituições, a população dessa região ainda é atendida pelas escolas da região central e dos bairros adjacentes, principalmente os que cursam os anos finais do ensino fundamental.

É uma região castigada pelos alagamentos. Em 2013, foi prejudicada pelas fortes chuvas que atingiram a Grande Vitória, conforme **Figuras 17 e 18**.

Figura 17 – Alagamento em José de Anchieta 2 (planície) em 2013

Fonte: Jornal Tempo Novo (2013).

Figura 18 – Alagamento em José de Anchieta 2 (planície) em 2013

Fonte: Jornal Tempo Novo (2013).

Quando não vem a chuva, a região é atingida pelo fenômeno da turfa (**Figura 19**), em períodos de temperaturas mais elevadas, dando origem a uma combustão constante dessa vegetação, provocando forte incômodo devido à fumaça que se espalha por toda a região e adjacências.

Figura 19 – Fenômeno da queima da turfa

Fonte: Jornal Tempo Novo (2016).

Além desses fatores, a falta de saneamento em alguns locais dessa região reafirma a ausência de investimentos do Poder Público para essa população mais carente, como podemos observar na **Figura 20.**

Figura 20 – Falta de saneamento básico em José de Anchieta 2

Fonte: Jornal Tempo Novo (2015).

Concomitantemente a esse fator, toda a região (central, encosta e planície) só é atendida por uma Unidade Básica de Saúde e por um Centro de Referência de Assistência Social (Cras).

Além da Unidade de Saúde, destacamos que o Centro de Referência em Assistência Social (Cras) da região oferece serviços assistenciais, buscando ajudar as famílias em situação de vulnerabilidade social. Está localizado ao lado da única praça do bairro, que fica na Avenida Dido Fontes e é o principal ponto de encontro dos moradores.

Quanto às relações de trabalho, muitos moradores se estabeleceram no bairro e trabalham na região local, nas empresas e comércio, porém outros precisam se deslocar para os municípios ou bairros vizinhos. Para isso, eles utilizavam as linhas de ônibus 843, 821 e 898 que passam dentro do bairro. Muitos moradores também costumam caminhar até a BR-101 para utilizar linhas troncais que interligam os terminais de ônibus em diferentes municípios da Região Metropolitana.

A linha 821 faz a rota José de Anchieta x Terminal de Carapina e passa por dentro do bairro Jardim Tropical, nas Avenidas Dido Fontes e Central. A linha 898 foi implementada em 2012 para atender à porção central, de encosta e de planície, abrangendo os bairros Jardim Tropical, José de Anchieta 2 e Cantinho do Céu.

Destacamos que a linha 843, que se chama Jardim Tropical, anteriormente tinha como ponto final de sua rota a região de planície, atual bairro José de Anchieta 2, mais conhecido como “Sovaco da Cobra” ou “Subacão”, que fica na área de planície, após a região de encosta. Essa expressão nos remete ao entendimento de um lugar ruim para morar, geralmente relacionada às periferias que tem no seu cerne o fenômeno do êxodo rural, no qual

> *A dissolução da estrutura agrária empurra para as cidades camponeses sem posses, arruinados, ávidos de mudança; a favela os acolhe e desempenha o papel de mediador (insuficiente) entre o campo e a cidade, entre a produção agrícola e a indústria (LEFEBVRE, 2001, p. 80).*

Nesse contexto, Lefebvre (2001) colabora para a compreensão da cidade como um processo de produção humana carregado de desigualdades, quando orientado pela condição econômica dos seus sujeitos. Nesses termos, a problemática urbana tem como ponto de partida: a industrialização.

Para refletir sobre o lugar ...

Texto finalista da Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa, edição 2016.

Sovaco da cobra

Quem olha assim logo pensa
Que é só mais uma invasão.
Mas pra mim é um lugar
De muita e muita diversão.

Esse lugar tem história,
Que pra você vou contar.
Quem me contou foi vovô,
Morador antigo do lugar.

Meu avô Geô contou
Que em 90 aqui chegou.
Havia um igarapê de águas cristalinas
Onde brincavam homens, mulheres
Meninos e meninas.

As casas de madeira bem construídas,
Pequenas, podia-se dizer,
Mas abraçavam cada família
Que nelas começavam a crescer.

Logo que aqui cheguei,
Tomei um susto danado,
Pois não acreditei no nome
Com que o lugar foi batizado.

Quando pequeno pensava
O porquê desse nome, então.
Muitos riam de mim,
Não entendiam a razão.

Deixei pra lá essa história
E fui tratar de brincar.
Conhecer um pouco de tudo
Daquele divertido lugar.

Fui logo fazendo amigos
No meio da diversão,
Brincávamos de muitas coisas,
Só no igarapê que não.

Não era possível brincar.
Nem hoje também é possível,
Pois o igarapê do lugar
Mais parece um depósito de lixo.

Hoje o que posso contar,
Como morador do lugar,
Que aqui sou muito feliz,
Você pode acreditar.

Autor: Angelo Raphael Albuquerque Ferreira

Fonte: https://www.escrevendoofuturo.org.br/arquivos/9766/textos-finalistas-2016-completo.pdf

Para os moradores, a identificação de um bairro, na maioria das vezes, não está condicionada às imposições das legislações responsáveis por reger a cidade; para eles, é, primordialmente, uma organização do espaço das diferentes vivências. Seu lugar é uma referência para se situar na cidade, tendo, em muitos casos, a impressão de transgredir limites quando saem desse local (LIRA, 2015, p. 32).

3.3 Transformação rural x urbano

Quando ouvimos as histórias dos primeiros moradores, observamos que antes era tudo muito diferente. No início das primeiras décadas dos anos de 1900, a paisagem era predominantemente rural. A região era uma fazenda, cujo dono se chamava José Milton Varejão. Mais tarde a fazenda passa a ser um loteamento regulamentado em 1955. A única referência que encontramos sobre esse cidadão, dono da fazenda, é que, atualmente, seu nome foi dado a uma rua na região de Nova Almeida, bairro praiano do município.

Figura 21 – Entrevista feita a Emiliano Ribeiro da Silva em 2006

A TRIBUNA - VITÓRIA-ES - QUARTA-FEIRA - 09/08/2006

CIDADES

Jardim Tropical surgiu de invasão de fazenda

A região, que tinha lagoa e bicas, já foi conhecida como Coxeira e Cantinho do Céu, segundo moradores

dade para, no máximo, 30 pessoas. Foi construído com participação popular.

Os primeiros anos da década de 1980 foram primordiais para o desenvolvimento de Jardim Tropical. Foi neste período que surgiram os primeiros comércios e a comunidade se

Fonte: Arquivo IJSN (2006).

Na **Figura 21**, em reportagem de "A Tribuna", de 09-08-2006, um dos primeiros moradores relata que, no início, o local era cheio de mato, tinha uma lagoa e nascentes de águas de onde as pessoas abasteciam suas casas.

Essa predominância de vestígios rurais no contexto das primeiras décadas de 1900 também se dá em todo o município serrano. Entendemos como necessário contextualizar esse aspecto para uma melhor compreensão dessa realidade.

Segundo Schaeffer (2013), o município de Serra era predominantemente rural na época em que desenvolvia seu comércio pelo transporte fluvial, pelo "Rio Santa Maria", onde embarcavam a produção de café e outras mercadorias. A economia se concentrava na produção de cana de açúcar, café, mandioca e, em menor escala, cereais, e, ainda, extração de madeiras de lei.

Em 1929, com a construção da estrada de ferro Vitória-Minas, a navegação fluvial não foi mais necessária, causando impacto na vida de quem dependia dessa atividade.

Antes desse fato, a estrada rodoviária Serra x Vitória foi iniciada em 1922 e inaugurada em 1923. Segundo Barros (2002, p. 72), o trajeto original passava pelos atuais bairros Boa Vista, Carapina Grande, Jardim Tropical, José de Anchieta e Laranjeiras Velha, praticamente de forma paralela à atual estrada. Isso até a década de 1950, quando foi retirada para dar suporte à então BR-101.

Figura 22 – BR-101 em 1926

Fonte: Barros (2002).

Figura 23 – Praça Barbosa Leão (Centro de Serra) em 1926

Fonte: Barros (2002).

As imagens das **Figuras 22 e 23** retratam o caráter rural que caracterizava as margens da estrada e que foi modificado radicalmente com a chegada dos projetos industriais, após a segunda metade do século XX, o que provocou um grande processo migratório.

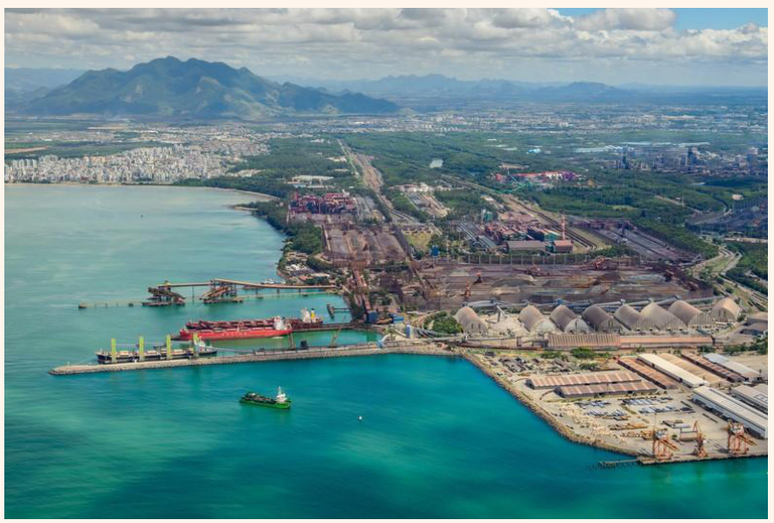
A partir da segunda metade da década de 70, o processo de industrialização se consolida. O objetivo era criar condições para a industrialização em outras partes do território nacional, fora do eixo Rio-São Paulo, aproveitando o momento da economia internacional que estimulava a industrialização de semielaborados a partir da disponibilidade de capitais.

O município de Serra foi impactado pela instalação dos Grandes Projetos Industriais, a saber: parte do complexo da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), cuja maior parcela se encontra no município de Vitória; a Companhia Siderúrgica Tubarão (CST); o Centro Industrial da Grande Vitória (Civit); setores I e II e, ainda na década de 90, o Terminal Industrial e Multimodal da Serra (Tims). Tais empreendimentos ocuparam áreas geográficas próximas à região do bairro Jardim Tropical.

Figura 24 – Vista aérea da Arcelor Mittal

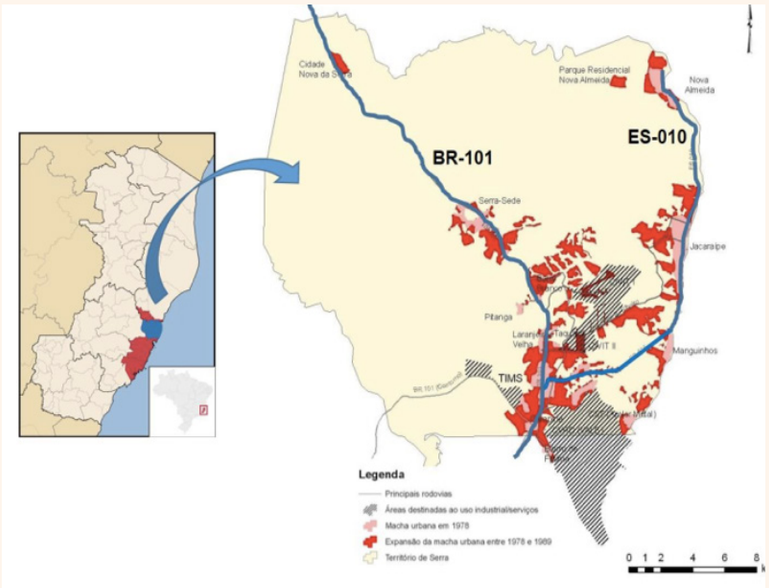
Fonte: https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Ftuenkers.com.br

Figura 25 – Vista aérea da Vale



Fonte: https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fg1.globo.com%2Fes%2Fespirito-santo

Figura 26 – Mapa destacando regiões industriais de Serra e mancha urbana de 1978 e 1980



Fonte: Paula (2017, p. 96).

O processo migratório continua por décadas vindouras e o município passa por um processo de transformação, deixando sua predominância rural.

Esse processo de expansão do tecido urbano para além da capital desencadeia, além dos Grandes Projetos Industriais, a construção de vários conjuntos habitacionais. Esses fatores, aliados ao processo migratório que gerou um crescimento populacional, determinaram o surgimento de novos bairros. Alguns surgiram a partir dos conjuntos habitacionais, como o bairro Parque Residencial de Laranjeiras e outros, que foram formados às margens dos conjuntos, tiveram origem a partir da disputa de terra. Junto com esse crescimento vieram problemas, como falta de infraestrutura, insegurança e deficiências do aparato público para a população.

Em contrapartida, o bairro Parque Residencial de Laranjeiras era composto por moradores de renda média em sua maioria. Isso influencia claramente as condições de infraestrutura do espaço.

A consolidação dos grandes projetos industriais no Espírito Santo estimula alterações na formação do tecido urbano. O município de Serra passa a atrair grande número de migrantes, e a região de Carapina configura-se como palco de recorrentes conflitos relacionados com os processos de ocupação de terra. Esses episódios conflituosos revelaram a carência de planejamento urbano e a crescente demanda pelo direito à moradia.

Figura 27 – Processo migratório e de ocupação de terras na região de Carapina

A Tribuna - 23/10/1978 - P. 5

Iniciada invasão de terras em Carapina

AJ15728

Na área da invasão, o movimento é intenso

AJ06812

Novas famílias procuram ocupar terra em Carapina

Novas famílias estão conseguindo pedaços de terra em Carapina, onde há mais de uma semana cerca de 800 famílias invadiram uma extensa área

Murilo Rocha

Neste terreno, estavam os filhos do sr. Joaquim José de Almeida vigiando o espaço. Segundo uma das crianças, o menor Uberlino Novaes de Almeida, o seu pai pas-

Fonte: Conteúdo digital da Biblioteca on-line IJSN.

De acordo com o título das reportagens, as condições nas quais viviam alguns desses migrantes eram indignas. Moravam em instalações improvisadas com lonas, em situação de mendicância. O processo de ocupação exigia sacrifícios, como capinar a região com muito mato, fazer plantão de vigilância dia e noite do terreno ocupado, muitas vezes com uso de força e violência.

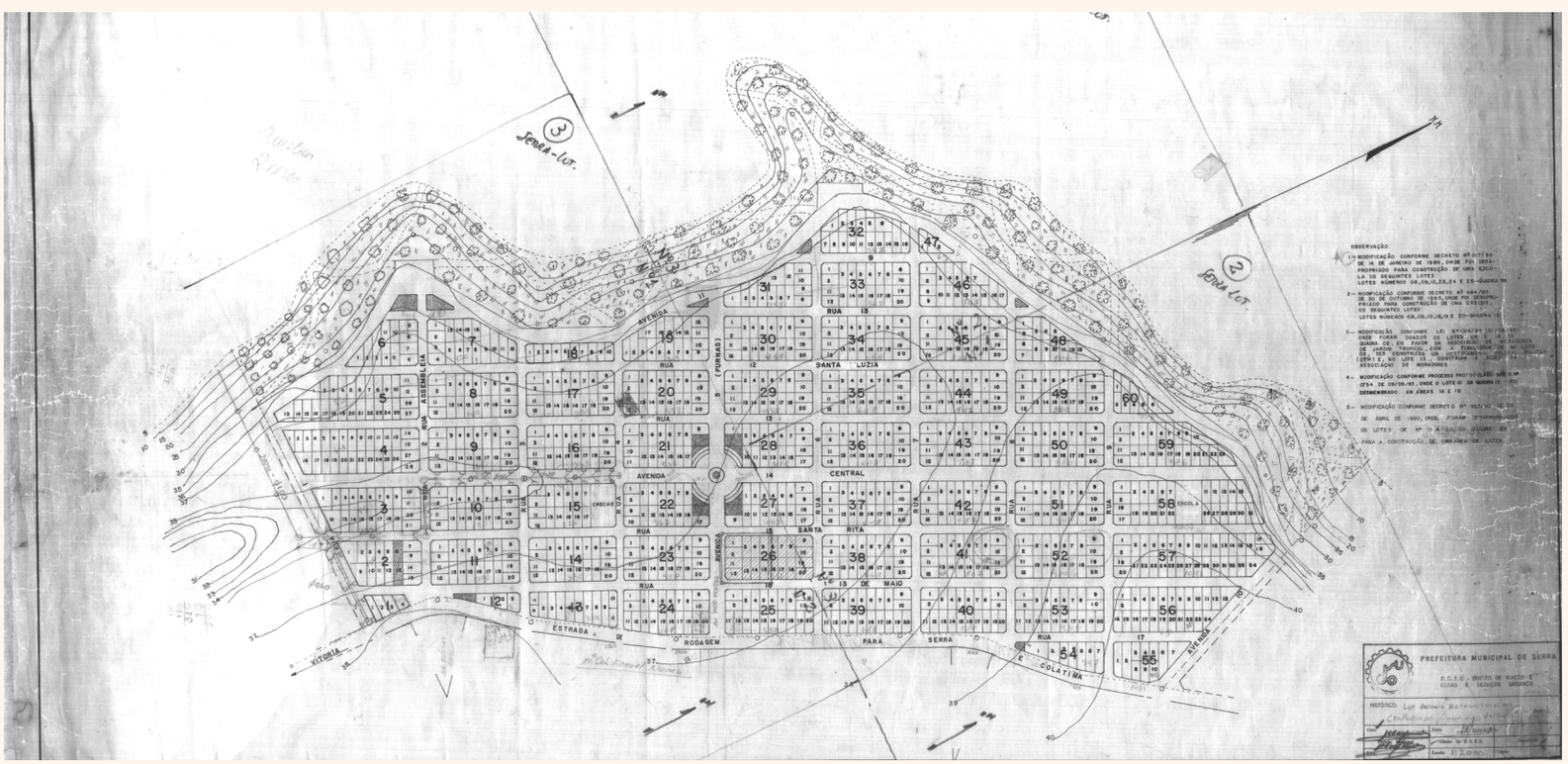
Nesse contexto, surge o bairro Jardim Tropical como produto dessa realidade. Inicialmente, era um loteamento com 60 quadras e 1.100 lotes distribuídos em uma área de 800 mil metros quadrados com grandes áreas verdes. O loteamento foi aprovado em 24 de março de 1955, conforme o Decreto nº 109/55, em nome de Antônio Arthur Teixeira, empreendedor mineiro, com o intuito de ser vendido para uma população que acreditava que era uma região praiana.

Diante da planta do loteamento, reportamo-nos a Lefebvre (2013). A **Figura 30** demonstra o espaço concebido para ser habitado, o espaço normatizado, instituído, planejado com o intuito de organizar, controlar e limitar, relacionando-se com o poder econômico.

No decorrer desse planejamento, os possíveis compradores constataram que a região não era próxima à praia e desistiram do empreendimento, como relata Adelson Dadalto, ex-vereador e morador antigo do bairro, em entrevista realizada em 2019 (grifo nosso):

> *Jardim Tropical, na realidade, foi iniciado em 1955 com uma imobiliária chamada Concheiras. Essa imobiliária foi criada e aprovada pela Câmara Municipal, foi para o Executivo, o prefeito sancionou e aprovou a imobiliária. Esses lotes foram vendidos pelos seus corretores que foram vendendo os terrenos, só que a maioria des-*

Figura 28 – Loteamento Antônio Arthur Teixeira



Fonte: Sedur/PMS

ses lotes foram vendidos para o pessoal de Minas Gerais e os vendedores, segundo a informação que a gente tem, vendiam através da planta, do mapa da imobiliária [...] dizendo para os compradores que esse loteamento era pertinho da praia e muita gente comprou e foi pagando no carnê, mas aí foram descobrindo que não era na beira da praia, aí a maioria abandonou e parou de pagar. E aqueles lotes que foram vendidos para o pessoal daqui, do Espírito Santo, pessoal de origem italiana e de Colatina, esses fizeram escritura naquela época, mas isso é 2%.

Em 1977, houve a invasão. Na época o governo do Estado era Eurico Rezende e o prefeito da Serra era José Maria Feu Rosa e aí houve o despejo das pessoas. Quebraram barracas, quebraram tudo e aí ficou paralisado uns 90 dias e houve uma nova invasão. Aí já não houve mais despejo, porque veio a força do governo de Estado da época e da Prefeitura e aí vingou [...].

Há uns 25 anos atrás teve, uma reunião com o procurador do dono da imobiliária, que se chamava Arthur Teixeira. Fizemos uma reunião nessa escola onde você dá aula ***(Emef Olivina Siqueira)****. Aí essa escola, na época, era de madeira. E o que que o procurador (o sobrenome dele era Bonistein) falou para o povo de Jardim Tropical? [...] Que eles poderiam viver até 300 anos lá que ninguém ia tirar eles, só que o dia que eles quisessem fazer, lavrar escritura do terreno em seu nome, com certeza ia ter que procurar o dono do terreno.*

Outra antiga moradora, Dona Maria Lenira, de 81 anos, também confirma que o loteamento estava registrado em nome de Antônio Arthur Teixeira, como descrito no texto a seguir:

Esse dono daqui era um tal de Arthur Teixeira. Ele era dono daqui tudo. Dizem o pessoal daquela época que foi invadido, que ele brigou com a mulher, ele tinha um problema sério com a mulher e a mulher pegou os documentos, queimou os documentos todos e ele acabou ficando sem os documentos daqui. Então, foi invadido e ele acabou perdendo um pouco dos terrenos. O nosso lote foi comprado de um funcionário do INSS [...]. Ele comprou desse Arthur, agora nós compramos dele. Naquele tempo a gente pagou mil cruzeiros. Nós vendemos nosso barraco de tábua em Linhares, lá, em Interlagos, a gente vendeu por 2.400 cruzeiros, enrolamos o dinheiro no lencinho e viemos pra cá, sem nada. Ele entregou as promissórias em nome de Arthur Teixeira, nós peguemos todas elas [...] só que nós tivemos uma má sorte, nós tivemos um problema sério, que pegou fogo na nossa casa e essas promissórias foram todas queimadas (MARIA LENIRA, 2021).

A desistência de muitos compradores e o abandono dos lotes contribuíram, posteriormente, para que o loteamento fosse palco de uma disputa de propriedade. A ocupação se deu em sua grande parte por migrantes humildes oriundos da Bahia e de outras regiões, que vieram em busca do "sonho dourado", promessa do progresso advindo da expansão das indústrias que chegavam ao Espírito Santo. Situado na região periférica de Carapina, à margem oeste da BR-101, o bairro Jardim Tropical, como é conhecido hoje, possui um histórico de transformações advindas das lutas enfrentadas pelos moradores no processo de produção desse espaço.

Na última ocupação, os moradores tiveram apoio do Poder Público municipal, por meio da declaração de utilidade pública da área de Concheiras em 1978.

Ressaltamos que a declaração de utilidade pública, seguida de desapropriação prometida em 1978 (**Figura 50**), não aconteceu até hoje. Mesmo com projetos propostos por alguns políticos ao longo das décadas para que os moradores do bairro tives-

sem o registro da escritura dos imóveis, apenas alguns conseguiram esse título de posse do terreno, negociando com o proprietário da antiga imobiliária.

Retomamos a citação de Carlos (2018, p. 79), quando diz que "[...] o espaço não se (re)produz sem conflitos e as contradições inerentes em uma sociedade de classes". É na vida cotidiana que as contradições aparecem como um todo.

Esse processo conflituoso e contraditório se potencializa na busca por condições de moradia ao Poder Público municipal. Não bastasse o conflito referente à propriedade, os primeiros moradores também enfrentavam escassas e precárias condições de moradia, pois, no local, não havia água, luz e muito menos ruas pavimentadas, o que fez com que houvesse muitas lutas coletivas para a conquista de um mínimo de infraestrutura.

Figura 29 – Infraestrutura em Cantinho do Céu em 1984

Infra-estrutura é o que Cantinho do Céu mais quer

GAZETA NOS BAIRROS

APOIO Caderneta de Poupança Triplik UMA EMPRESA TRISTÃO

Texto de Cláudia Feliz e Suely Lievori
Fotos de José A. Magnago

Infra-estrutura sanitária é a principal reivindicação dos moradores de Cantinho do Céu, na Serra, bairro praticamente criado a partir de uma ocupação desordenada verificada em 1976. Oito anos depois, o local reúne um número incontável de problemas, a começar pela inexistência de redes de drenagem e esgoto, dispondo apenas de uma via pavimentada — mesmo assim, repleta de buracos — um único ônibus a servir seus aproximadamente dois mil moradores, que não opera nos finais de semana e feriados. Há ainda deficiências nas áreas de segurança, lazer — O espaço destinado à construção de uma praça foi comercializado — e também saúde. Um único posto, que deveria funcionar às terças e quintas-feiras, não o faz porque os médicos não aparecem devido o não-pagamento de seus salários por parte da Prefeitura. A comunidade está desestimulada, e reclama das constantes promessas, a maioria das quais, não cumpridas, feitas pelo prefeito João Batista Motta.

A principal rua do bairro fica alagada com qualquer chuva

Local de praça virou oficina mecânica

Faltam saneamento e drenagem pluvial

Fonte: Conteúdo digital do IJSN.

Neste ponto, observamos o confronto entre o espaço planejado anteriormente para um grupo social elitizado e o espaço vivido pelos moradores que ocuparam a área e ainda lutam para transformar a realidade em que vivem. São duas forças indissociáveis que se relacionam pelas suas diferenças.

Nessa época de precariedade de infraestrutura, os moradores abasteciam suas casas com água por intermédio de nascentes que existiam na região. O local ficou conhecido popularmente como "Sete Bicas", mas atualmente denomina-se Rua Ramilo Borges, ato sancionado pela Lei nº 2.930, de 28 de dezembro de 2005, fato que muitos moradores da região desconhecem.

Figura 30 – Rua Ramilo Borges, popularmente chamada de Sete Bicas

Fonte: Siqueira (2021).

Uma das primeiras moradoras que residiram na região das bicas foi Dona Geni. Ela mora no bairro há mais de 30 anos. Dona Geni conta muitas histórias de tempos difíceis. Ela ainda recorda que, por causa da falta de infraestrutura e escassez de água, os moradores acessavam as bicas para lavar as roupas da família, tomar banho e para o consumo.

Além de Dona Geni, a professora Maria Luíza e sua sobrinha Mônica relatam que frequentavam o lugar na infância. O acesso era difícil, pois as bicas ficam

na região de encosta e era preciso descer uma escadaria íngreme, porém o lugar era o preferido das crianças para brincar e tomar banho. Registramos as falas das moradoras que cresceram na região:

> *Falar de Sete Bicas é falar da minha infância. Era um lugar para onde a gente fugia para fazer travessura. Era um lugar proibido pelas mães, pelo fato de ser um pouco perigoso, então a gente ia meio que escondido. A gente fugia para tomar banho lá, pelo fato de ter poucos lugares para poder brincar ali. Era um lugar de difícil acesso pela descida, muito mato em volta, recordo-me que várias pessoas iam para lá lavar roupas, tinha umas madeiras lá que usavam pra poder lavar roupa e ia muita gente pra lá com balde, bacia pra buscar água, porque tinha escassez de água [...] é lembrança de infância, vou guardar por toda a vida (MÔNICA, 2021).*

> *Me recordo que, na época de 80, 82, por aí, eu era criança ainda, a gente costumava brincar, descer nas Sete Bicas, descer para tomar banho, né? No bairro, naquela época, faltava muita água e, às vezes, não tinha água em casa e a gente descia para tomar banho, para brincar. Eu lembro que muitas crianças iam também para tomar banho. Algumas iam para pegar água para os pais, alguns adultos iam para pegar água com carrinho de mão, tonéis grandes. Era bem frequente isso naquela época. O bairro era bem sem estrutura, as ruelas, para se chegar até nas Sete Bicas, eram bem complicadas, bem escorregadias, passava pelos becos e ruelas, mas a água era limpa. Foi um tempo bem precioso, uma memória que eu tenho da minha infância. Pena que, naquela época, a gente não tinha facilidade de tirar fotos, mas é bem vivo na minha memória esse tempo (MARIA LUÍZA, 2021).*

Das sete bicas que existiam na região, hoje só existem duas. As demais foram destruídas pela ação de empresas de terraplanagem e pelo uso indevido de alguns moradores que poluíram a área com lixo e esgoto. Segundo Dona Geni, a água emana sem cessar e, como mostra a **Figura 56**, somente essa Bica 1(nomenclatura nossa) ainda é usada pelos moradores. Lamentavelmente, a outra, Bica 2 (nomenclatura nossa), encontra-se visivelmente poluída por lixo e esgoto, embora esteja sinalizada com uma placa da Prefeitura “Proteja esta nascente”, de acordo com a imagem da **Figura 33**.

Figura 31 – Poluição na Bica 2.

Fonte: Siqueira (2021).

3.4 O processo de urbanização do bairro Jardim Tropical

Passados 65 anos após seu surgimento, o bairro ainda apresenta muitas limitações em relação a outras regiões do entorno, como Laranjeiras, por exemplo, que surgiu após Jardim Tropical.

Lefebvre (2002) nos ajuda a entender essas diferenças entre os espaços, a relação dessas forças distintas, a dialética entre lugar privilegiado e periferia. Descreve sobre a centralidade baseado na organização dos meios e dos modos de produção concentrados em um centro ornamentado pelo Poder Público.

Em seguida, descreve sobre a policentralidade, a ruptura do centro e a constituição de centros diferentes, seja para dispersão, seja para segregação. No caso do bairro, a primeira centralidade se deu na capital, Vitória. Mais tarde, ocorre a policentralidade, para os municípios vizinhos, principalmente na região de Carapina na Serra, quando a possibilidade de expansão territorial para a indústria nessas áreas era bem maior.

O Poder Público investe nas áreas centrais, interferindo na ocupação do espaço, determinando os grupos sociais que podem ou não se estabelecer em um determinado espaço pela ordem do capital imobiliário, como fez na região de Laranjeiras, que está no entorno de Jardim Tropical, construindo, primeiramente, uma escola para valorizar o empreendimento.

Outra interferência do Estado na região, que se caracterizou como fator determinante para o processo de evolução urbana serrano, foi a criação do Sistema Transcol (Sistema de Transporte Coletivo da Grande Vitória) no início da década de 90 e a implantação do Terminal de Laranjeiras no bairro, ocasionando o crescimento e a expansão da região devido ao grande fluxo de veículos e de pessoas, favorecendo, principalmente, o setor terciário, como comércio e serviços.

Outro evento importante para contribuir para essa expansão, foi a construção da Avenida Norte-Sul, via paralela de ligação Laranjeiras/Vitória, além das Avenidas Eudes Scherrer Souza, elo entre a BR-101 e a rodovia Norte-Sul, e Talma Rodrigues Ribeiro, via de ligação Civit (complexo industrial) e praias.

A Avenida Central do bairro de Laranjeiras se tornou um ponto-chave de acesso para o comércio, transporte e serviços e vai perdendo sua característica residencial, para apresentar uma nova configuração predominantemente comercial, emergindo como o principal polo econômico do município serrano. Suas adjacências são atingidas pelo boom imobiliário, pela construção de hospitais e do polo industrial, elevando absurdamente o preço do metro quadrado da região.

O bairro Jardim Tropical não se apresenta como Laranjeiras e segue com muitos problemas de infraestrutura e muitas reinvindicações de melhorias por parte da comunidade local. A população da região do entorno do loteamento aumenta e crescem os problemas infra estruturais, principalmente no que se refere à violência e à insegurança.

Para tanto, percebemos a necessidade de promover debates que envolvam a questão da produção do espaço. Nesse sentido, o papel da escola é de relevante importância no que tange ao desenvolvimento de um pensamento crítico da realidade urbana.

É interessante registrar que históricamente o bairro foi caracterizado como lugar de disputa e briga por terra, casos de violência e de insegurança, especialmente pelo discurso midiático até os anos de 2010. A partir dessa década o bairro entra no circuito de interesse do setor imobiliário e passa a ser representado pela mídia com outras características que evidenciam mais o empreendedorismo de alguns moradores e o desenvolvimento econômico.

Vale ressaltar o surgimento de empreendimento na Avenida Dido Fontes em frente à praça do bairro que, como podemos observar nas imagens da **Figura 34**, atenderá aos comerciantes e ao setor de serviços da região, com aluguel de salas e lojas.

Figura 32 – Empreendimento comercial do bairro

Fonte: Siqueira (2020).

Figura 33 – Comércio local de rua

Fonte: Siqueira (2020).

Figura 34 – Comércio local de rua

Fonte: Siqueira (2020).

Ressaltamos aqui mais uma disputa entre o comércio de rua e o comércio das galerias de shopping. A estratégia da lógica do capital, advinda da implantação desse novo formato de estabelecimen-

to comercial, vem se contrapor a essa característica de comércio de rua do bairro, com a ideia do ambiente exclusivo, que não poderá ser frequentado pelas pessoas que não poderão pagar pelo produto ou serviço.

Figura 35 – Feira livre que acontece às sextas-feiras

Fonte: Siqueira (2020).

Além desses elementos, observamos alguns aspectos que se referem às moradias e destacamos os acontecimentos que indiciam mudanças no espaço e na dinâmica habitacional.

Nesse sentido, descrevemos sobre o mais novo empreendimento que está mudando a paisagem do bairro, o Condomínio Clube Vivenda Tropical, idealizado e planejado pela construtora Pinheiro de Sá. Um empreendimento com duas torres sob uma área comercial que proporcionará um conjunto de produtos e serviços, tendo como atrativo anunciado uma vista privilegiada para o morro Mestre Álvaro e a proximidade da próspera região de Laranjeiras.

Figura 36 – Empreendimento imobiliário do bairro

Fonte: Siqueira (2020).

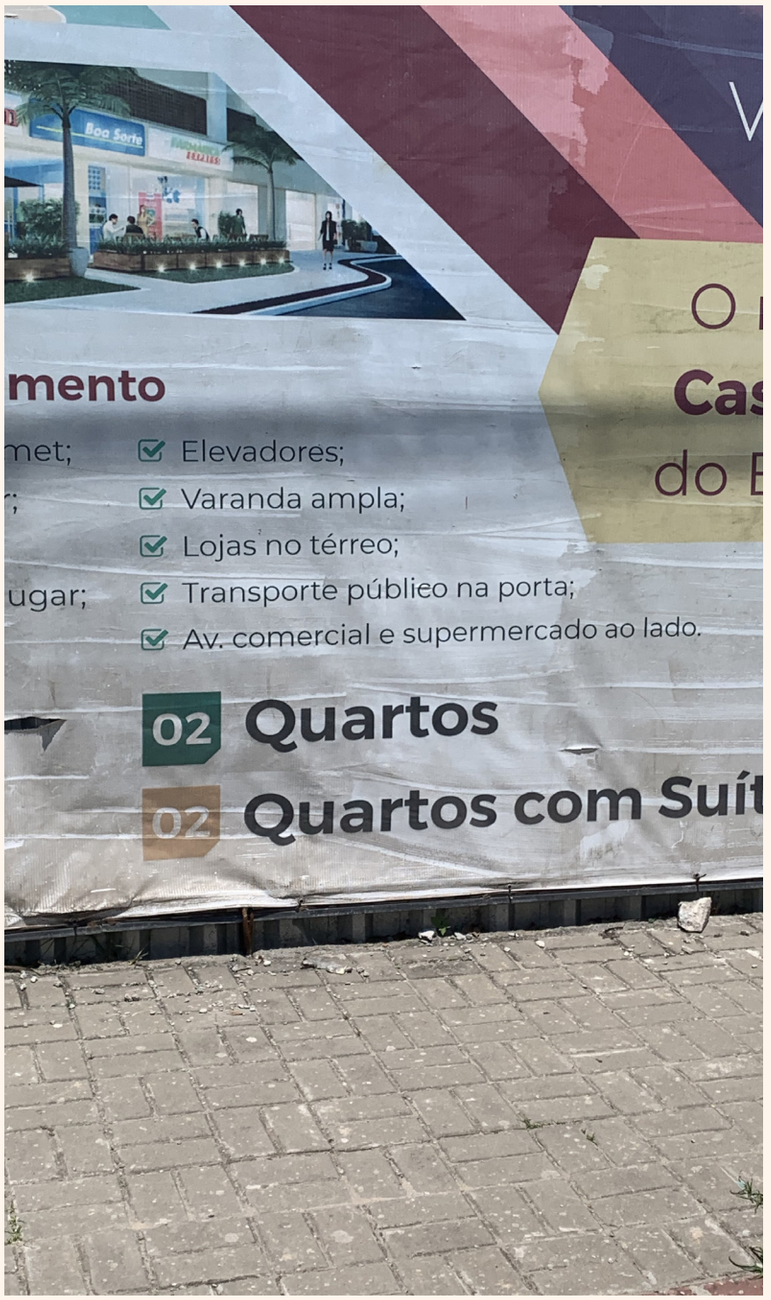
Na imagem ao fundo da **Figura 36**, vemos a primeira torre do empreendimento erguida na Avenida Central do bairro, em uma rua privilegiada onde se localiza a maioria dos comércios, escola, praça, circulação de transporte, entre outros.

Nesse sentido, a melhor localização para a construção do empreendimento seria essa avenida e assim foi feito. A propaganda exposta no local reitera essas vantagens, como podemos observar na **Figura 37**.

Figura 37 – Avenida Central

Fonte: Siqueira (2020).

Figura 38 – Propaganda do Vivenda Tropical



Fonte: Siqueira (2020).

O condomínio se destaca pela sua escala em contraste com as casas mais simples ao seu entorno, como demonstra a **Figura 39**, e pelos transtornos que causam aos moradores não só pelo barulho das máquinas e ferramentas, como também pelos resíduos que invadem as ruas e casas, propiciando alergias e vários outros problemas respiratórios.

Figura 39 – Resíduos acumulados na rua devido à construção do empreendimento

Fonte: Siqueira (2021).

Atentando para a morfologia do lugar, as diferenças se revelam entre as casas mais simples, de pequeno porte, e a torre, símbolo do capital que entra na disputa pela ocupação do espaço e estabelece um novo modelo e estilo de habitar.

Figura 40 – Rua Santa Rita paralela à Avenida Central

Fonte: Siqueira (2020).

Ao fundo notamos a presença de catadores de material reciclável almoçando sentados no chão da calçada, depois de uma provável cansativa manhã de trabalho. A imagem já nos sinaliza a quem se destina esse espaço privilegiado e quem poderá ser os indesejáveis, quando essa obra for concluída.

Conflito que se materializa quando o mercado imobiliário chega para explorar a região e dominar o espaço em detrimento dos outros moradores já estabelecidos na região há décadas.

Vale ressaltar que esse mesmo espaço, onde hoje localiza-se o condomínio, foi palco de um evento, proporcionado pelo Projeto Coletivo Periferia Resiste[4], no qual grafiteiros serranos e a comunidade local participaram de uma atividade artística utilizando o graffiti, com a pintura dos muros do ter-

[4] O Coletivo Periferia Resiste é um Projeto Multicultural que executa atividades no Bairro Jardim Carapina, na Serra, e, para isso, estabelece parcerias para as ações e os eventos de cunho artístico e cultural. Assim, realiza formações, dentre as quais, oficinas, palestras, exibições de filmes, seminários, encontros e apresentações culturais, cujo foco está relacionado à vida nas periferias.

Tais práticas são realizadas pelos membros do Coletivo Periferia Resiste, com o apoio de moradores da comunidade local, todos com o objetivo de enfrentar as situações de violência e vulnerabilidade social em que se encontram os jovens e adolescentes do bairro, principalmente aqueles que, por motivos sociais, econômicos e culturais, não estão inseridos na escola.

reno, envolvendo principalmente adolescentes e jovens moradores, ocupando os espaços de forma coletiva. Parte do trabalho desenvolvido nessa ação está demonstrado na **Figura 41**.

Nesse contexto, é importante pensar essa ocupação como forma de apropriação do lugar a ser habitado, como uma experiência de conquista que emerge das relações sociais dos sujeitos, visando à coletividade, o que remete ao plano do vivido proposto por Lefebvre (2013).

Figura 41 – Evento cultural utilizando o *Graffiti* na Rua Santa Rita

Fonte: Siqueira (2021).

Em contrapartida a esse movimento de apropriação coletiva dos espaços, destacamos elementos que determinam as mudanças no lugar e colaboram para o aumento das desigualdades. Dentre os quais, citamos a entrada contundente do capital imobiliário no bairro que explora a proximidade com o maior ponto turístico do município de Serra, o morro do Mestre Álvaro, e as intervenções do Poder Público, com projetos viários planejados para seu entorno, como a nova rodovia que contorna o Mestre Álvaro. Essa rodovia, com obras em andamento pelo Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT), promete desafogar o fluxo de veículos da região de Laranjeiras/Carapina, especialmente veículos de carga. O projeto da construção dessa rodovia tem como propósito também incentivar a instalação de empresas nessa região e promover o desenvolvimento econômico do município de Serra.

Outro aspecto que merece atenção é o decreto que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área situada bem próxima ao empreendimento Vivenda Tropical. O Decreto municipal nº 4.571/2014 prevê que a desapropriação tem por finalidade a implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social. Anteriormente, a área era usada como depósito de lixo; atualmente encontra-se murada.

Figura 42 – Terreno desapropriado pelo Decreto nº 4.571/2014

Fonte: Siqueira (2020).

Figura 43 – Terreno desapropriado pelo Decreto nº 4.571/2014

Fonte: Siqueira (2020).

Paralelamente a esses processos de desapropriação ocorridos no bairro, existiu um movimento realizado por moradores, representados pela associação e políticos serranos, no sentido de instituir projetos com o objetivo da regularização fundiária dos territórios urbanos ocupados de maneira irregular, como é o caso do bairro Jardim Tropical.

Esse movimento colaborou para a elaboração do Projeto "Serra, Meu Lar", implantado em 2013, e com o Projeto "Portas Abertas", regulamentados pela Lei Municipal nº 4.769, de 6 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana (Reurb).

Figura 44 – Projeto Serra, Meu Lar

Fonte: PMS (2019).

Figura 45 – Projeto Portas Abertas

Fonte: PMS (2017).

De acordo com o site da PMS, os programas têm como objetivo desenvolver um conjunto de medidas jurídicas urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de imóveis e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia.

A lei se aplica às características do bairro, definido como núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo município.

Embora tenha havido a promessa da inclusão do bairro Jardim Tropical nesses projetos elaborados pela PMS desde 2013, a concretização dessa legalização ainda não aconteceu.

Nesse sentido, alguns moradores ainda reivindicam a propriedade dos terrenos, conforme promessa realizada pelo Poder Público, que alega impossibilidade de realizar o intento devido ao fato de os lotes já estarem registrados em nome de terceiros, no caso, Antônio Arthur Teixeira.

Somente os moradores que conseguiram negociar com o dono do loteamento obtiveram sua escritura, como é o caso dos futuros proprietários do condomínio Vivenda Tropical. A implantação desse empreendimento aponta para um novo direcionamento da produção do espaço local, visando à verticalização e à expansão do setor imobiliário na região.

Por esse motivo, desenvolvemos um capítulo de análise dos conflitos e contradições observados na produção do espaço do bairro Jardim Tropical.

Tais parcerias indicam pontos em comum entre o Poder Público e os proprietários do capital financeiro que operam no mercado imobiliário e apontam para um movimento de projeção sobre a ocupação dos espaços da cidade. O bairro Jardim Tropical não fica de fora desse projeto. No entanto, a partir deste ponto, buscaremos compreender os conflitos e contradições expostos a partir dos dados em consonância com o conceito de direito à cidade e educação na cidade.

REVISANDO O APRENDIZADO

O BAIRRO JARDIM TROPICAL

Surge a partir do rural e tem sua transição para o urbano impulsionada pela advento da industrialização que atrai uma população que migra e ocupa o espaço em busca de prosperidade

Construção da rodovia Mestre Álvaro
Construção do condomínio Vivenda Tropical
Construção de centro comercial

Desenvolve-se nas lutas dos moradores que reivindicam melhorias já conquistadas por outros bairros no entorno

O processo de segregação tem novo alcance com o avanço do mercado imobiliário e ações do Poder Público

Após algumas conquistas de infraestrutura, sofre um processo de especulação imobiliária e com isso ocorre a separação do aglomerado em três áreas distintas

Área central:
Jardim Tropical
Área de encosta:
Cantinho do Céu
Área de planície:
Solar de Anchieta, vulgo "Subacão"

LEITURAS COMPLEMENTARES

Caro colega,

As leituras complementares possibilitam um maior refinamento do aprendizado, por isso disponibilizamos alguns links nos quais você pode encontrar reportagens antigas e legislações elaboradas para o bairro, no intuito de aprimorar o conhecimento sobre o tema.

- No site da Prefeitura Municipal de Serra, podemos encontrar legislações mais recentes no que se refere ao bairro Jardim Tropical. Disponível em:
  http://legis.serra.es.gov.br:8072/normas/

- Na biblioteca online do site do Instituto Jones dos Santos Neves é, possível relembrar um pouco a história do bairro por meio de reportagens antigas de jornais de circulação no Estado. Nossa busca foi realizada a partir dos descritores: Jardim Tropical, Concheiras e Cantinho do Céu.
  http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Search/Results?lookfor=jardim+tropical&type=AllFields

  http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Search/Results?lookfor=CONCHEIRAS&type=AllFields&limit=20

  http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Search/Results?lookfor=CANTINHO+DO+CEU&type=AllFields&limit=20

ANTENADO COM O TEMA

Caro professor,

Nos dias atuais, as redes sociais e outros canais da internet são importantes veículos de informações. Saber consultar e dominar tais informações traz subsídios para os debates e reflexões sobre a temática deste material educativo. Vamos listar alguns links, mas fica como dever de casa uma busca em outras fontes da web.

- No link a seguir você encontra uma entrevista com o autor principal do nosso referencial teórico, Henri Lefebvre.
  https://www.youtube.com/watch?v=z4klH4Hz3yg

- Abaixo temos o link de uma página do Facebook denominada Jardim Tropical.
  https://www.facebook.com/1847366592171221/

- Propaganda de lançamento do Condomínio Vivenda Tropical.
  https://youtu.be/4EgtcBiJWb8

- Entrevista realizada com lideranças da comunidade propondo ao Poder Público melhorias para o bairro.
  https://globoplay.globo.com/v/3782724/

- A seguir, disponibilizamos um link que se refere a um vídeo sobre a projeção das obras da Rodovia Contorno do Mestre Álvaro.
  https://dai.ly/x4ms19q

- Logo abaixo, temos mais um link referente à construção da Rodovia Contorno do Mestre Álvaro, onde fica claro o objetivo da realização deste projeto para atender aos interesses das empresas.
  https://globoplay.globo.com/v/9292773/

Essas são algumas sugestões, mas existem outras que podem complementar ainda mais a temática.

Mãos à obra!

4 ANÁLISE DOS CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

4 ANÁLISE DOS CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

Este levantamento sobre o bairro Jardim Tropical subsidia um olhar mais crítico e refinado sobre a realidade, evidenciando os conflitos e contradições que estão sintetizados na materialidade objetiva da vida no espaço urbano. Colocar à vista e problematizar tais questões no contexto escolar, com professores que têm como tarefa principal o trabalho educativo, torna-se uma necessidade, tendo em vista compreensões simplificadas que costumam ocorrer no tratamento da temática do bairro e da cidade. Desse modo, nossa intenção é promover reflexões que possam contribuir para a sistematização de um trabalho educativo com uma outra qualidade e assim formar novas consciências.

Com isso, almejamos sensibilizar os professores/leitores no tocante à realização de uma outra leitura dos espaços urbanos, transformando esse conhecimento em subsídios para ações de ensino emancipadoras.

Em primeira instância, é importante destacar que os processos de produção do espaço estão intrinsecamente relacionados com as condições econômicas, políticas e sociais desenvolvidas na sociedade. O modelo de sociedade capitalista impulsiona no cidadão um desejo de realização do sonho da moradia e de outros bens de consumo em um ciclo que não se esgota.

Nesse sentido, esse modelo de sociedade exerce controle sobre a produção do espaço à medida que utiliza a terra como mercadoria e valor de troca, definindo os modos de viver na cidade a partir de estereótipos, tabus, discriminação dos espaços ocupados pela população de baixa renda, padronização de formas arquitetônicas e engessamento dos trajetos.

Esse sistema de valores, como explica Ribeiro (2012, p. 324), produz

> *[...] um ideal de vida a todos, tentando incutir à sociedade um desejo de ser consumidora resultando na contradição entre aqueles que podem ou não realizá-lo. Dentro disso, a fragmentação está posta, pois, pela desigualdade da distribuição da riqueza dada pelo fundamento da propriedade privada, regulam-se os acessos, principalmente aos lugares da cidade.*

A partir dessa prerrogativa, fenômenos, como êxodo rural, são intensificados com a expectativa de melhores condições de vida na cidade. Ações do Poder Público controlam a dinâmica espacial. Os centros urbanos se desenvolvem em razão da indústria e, consequentemente, o espaço urbano se modifica a partir desses processos.

Como aponta Carlos (2018), o uso do solo urbano se dá mediante disputa pela necessidade (valor de uso) ou pela utilização da terra como reserva de valor (valor de troca), gerando conflitos entre indivíduos de classes sociais distintas, privilegiando aqueles de maior poder aquisitivo.

Embora esse intenso e complexo processo de produção do espaço seja permeado por conflitos

de interesses opostos, vale ressaltar que esse mesmo espaço (o bairro) resiste por meio dos pontos de encontro e da interação entre os moradores, da coletividade, mesmo enclausurados nesse sistema consumista.

A partir dessa dinâmica de conflitos e disputas, pretendemos captar elementos que apontem para as contradições, na tentativa de entender uma realidade que ainda não foi explícita, por meio da "[...] compreensão das forças que se manifestam na formação da cidade, entendida como espaço de disputa entre os atores hegemônicos, que assumem o território como um negócio, e a população que a habita" (IMBRONITO, 2020, p. 3).

Nessa direção, Chisté (2021, p. 81) contribui com nosso intento quando explica:

> *[...] se pensarmos que, em um bairro regido pela lógica do capital (investimentos imobiliários, valorização da propriedade privada etc.), ainda existem traços do encontro, da festa, do uso, como as feiras livres, as festas da comunidade, e os encontros na praça, perceberemos que este espaço expressa contradições. Nesse sentido, a contradição entre a apropriação social e a propriedade privada está no plano do real. Várias transformações que decorrem das relações sociais, econômicas, políticas e culturais construídas cotidianamente ao longo da história de um bairro, materializam-se no bairro. Muitas tensões que impulsionaram transformações foram ocultadas, precisam ser analisadas por meio de um olhar aprofundado, desvelando as ações e interesses implícitos que se manifestaram em vários momentos e que acarretaram a negação do direito à cidade, ou seja, é negado aos moradores o direito de viver a/na cidade. A configuração atual do bairro carrega consigo contradições e conflitos que precisam ser revelados.*

Assim, quando propomos revelar os conflitos e contradições, não queremos apenas mostrar a matéria, a morfologia, mas, sim, registrar o movimento da vida por meio desses elementos que estiveram e estão presentes no bairro.

O bairro é hoje a expressão do que foi e daquilo que pode vir a ser. As suas marcas e cicatrizes apontam para o seu processo de constituição, não só pelo seu desenvolvimento, mas também pelas suas relações sociais. É o local onde as pessoas se reúnem e se encontram, portanto não pode ser explicado sem relacioná-lo com a cidade como um todo.

Imbronito (2020, p. 6), ao descrever sobre Jacobs (2001), registra que a vida urbana se torna possível a partir da combinação e da "[...] inter-relação entre a vizinhança, a infraestrutura e os negócios [e da compreensão da] cidade como uma coisa viva, complexa, maravilhosa e autorregulada".

Nesse sentido, recorremos aos conceitos já informados em nossa descrição teórica, a fim de priorizar o desvelamento das possíveis contradições desencadeadas nos conflitos dessas relações, a partir de três níveis de análise para a produção do espaço propostos por Carlos (2001, p. 12): "[...] ***dominação política, acumulação do capital e realização da vida humana***, atrelados a duas dimensões:

1. Dimensão macro: a relação do bairro com o seu entorno e as interferências de ordem mundial e nacional.

2. Dimensão micro: a relação interna do bairro com seus habitantes e os processos de segregação".

4.1 DIMENSÃO MACRO

Como já dissemos, Lefebvre (2001) afirma que o ponto de partida para expor a problemática urbana

é a industrialização que se estabelece na Europa e depois se expande para outros países, como o Brasil.

Esse fenômeno se materializa no Espírito Santo pela chegada dos grandes projetos industriais, como a instalação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e da Companhia Siderúrgica Tubarão (CST) no município de Serra/ES, mais especificamente na região de Carapina, interferindo na produção do espaço da região que era predominante rural.

A partir daí, a população se aglomera às margens da BR-101 e adjacências e surge a construção de vários conjuntos habitacionais no entorno do complexo industrial, como o bairro de Laranjeiras, em 1974, dentre outros. O bairro Jardim Tropical teve início em 1955, como um loteamento privado que não obteve êxito com a venda dos terrenos e, a partir desse fato, foi posteriormente ocupado por migrantes que vieram em busca do sonho dourado de trabalhar na indústria capixaba.

Nesse contexto, enquanto Laranjeiras recebia investimentos do Poder Público como a construção de uma escola pública de alto padrão, o bairro Jardim Tropical carecia de todo o tipo de infraestrutura mínima e seus moradores lutaram para ocupar o espaço.

Neste trecho já podemos identificar um ponto: o Poder Público interfere no espaço e modifica-o por meio de ações combinadas com o capital, construindo vias e projetos em função da indústria. Outro ponto: por que investir em Laranjeiras e não investir em Jardim Tropical, se este último surgiu muito antes do que o primeiro? Temos uma pista para responder a essa pergunta: Laranjeiras foi projetada para pessoas com poder aquisitivo maior que poderiam pagar pelos terrenos/imóveis, enquanto Jardim tropical se desenvolveu a partir da ocupação dos terrenos por uma população de baixa renda.

O conflito se inicia pela disputa pela propriedade entre os moradores e o proprietário do terreno, com a anuência do Poder Público, e se expande para o seu entorno quando percebemos que dois lugares próximos, separados por uma via, a BR-101, não possuem os mesmos investimentos. Esse fato nos alerta para as diferenças existentes e criadas pela condição social dos habitantes do lugar.

Nesse sentido, a contradição se materializa na afirmação e na negação, quando o bairro faz parte da região, mas não tem as mesmas benfeitorias que Laranjeiras. São geograficamente semelhantes, mas economicamente distintos.

Para além disso, a produção da vida continua nos dois bairros. Laranjeiras cresce economicamente e se torna referência de infraestrutura para o município de Serra, com a instalação de hospitais, comércio variado, serviços, terminais de transporte público e outros.

Nos anos 2000, passa a ser majoritariamente um bairro comercial, onde a maioria de seus moradores venderam suas casas, devido ao aumento do preço do metro quadrado, passando a morar em condomínios ofertados pelo crescimento do setor imobiliário, dando início, assim, a verticalização das moradias na região.

Paralelamente, os moradores do bairro Jardim Tropical continuam seu processo de luta por melhorias, porém no local há muitas situações de violência registradas pela mídia que criam uma imagem negativa para o local. Aos poucos, as melhorias foram realizadas e os terrenos da região central começaram a ficar mais valorizados.

Podemos observar que, ao ocupar os terrenos com o intuito de estabelecer uma condição mínima de moradia para seu uso, os moradores se unem para reivindicar melhorias para o bairro. Nesse ponto se firma a realização da vida humana, das relações sociais, das relações de vizinhança, da busca de direitos para o interesse coletivo.

A partir desse momento, houve um movimento dos moradores cobrando aos vereadores e ao prefeito para legalizar a situação dos terrenos, reafirmando a posse e a propriedade. Aqui a contradição está posta na medida em que os moradores se organizam para reivindicar na coletividade o direito individual da propriedade privada.

A questão da regularização fundiária é vista pelos moradores como se fosse a solução do problema da moradia no bairro. À primeira vista, podemos pensar que seria bom para eles obterem a escritura dos seus imóveis, porém precisamos compreender que, a partir dessa normatização, podem advir outros problemas, como a reafirmação da segregação. A Prefeitura poderá cobrar os devidos impostos sobre os terrenos regularizados e o cidadão que não tiver condições de quitá-los não conseguirá permanecer no lugar.

Assim, pelo prisma das contradições, a regularização fundiária pode ser compreendida como uma ação social com o objetivo de minimizar a desigualdade, porém, ao mesmo tempo, pode desencadear outros processos genuinamente desiguais.

Embora a regularização fundiária seja uma política pública que busca incluir a população de baixa renda no acesso à cidade, faz-se necessário pensar em uma nova maneira de se apropriar dos espaços da cidade de modo igualitário, uma forma de transformação do pensamento humano, no sentido de incluir todas as pessoas. Nas palavras de Lefebvre (2001, p. 143):

> *O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.*

Nesses termos, Lefebvre (2001) realiza uma crítica ao modelo de sociedade capitalista que se apropria de uma parcela do espaço urbano e determina quem são os moradores que devem ocupar um ou outro lugar, ampliando as desigualdades sociais por meio do espaço urbano.

Dando continuidade à nossa análise, outras intervenções do Poder Público atravessaram a produção espacial do bairro, como a projeção da construção da Rodovia Contorno Mestre Álvaro, a delimitação geográfica do bairro por lei municipal, processos de desapropriação e a especulação do setor imobiliário.

A partir dessas considerações, identificamos os seguintes pontos:

a) os moradores que no início se apropriaram da terra para o seu uso, sua moradia, agora reproduzem a dinâmica de seu opressor, quando desejam e lutam pelo direito de propriedade que possibilita a troca, visando ao lucro. Afirmam a apropriação do espaço, mas, ao mesmo tempo, negam quando buscam a posse que pode representar também o valor de troca. Chisté (2021, p. 81) explica:

> *No movimento de luta pela moradia ou em movimento de ocupação do espaço, a relação apropriação social/ propriedade é contraditória porque nega a propriedade*

privada, muito embora o próprio movimento social, em um primeiro momento, não perceba tal negação. Mas, ao mesmo tempo, reitera a propriedade privada, porque o pedido de seus participantes é pela moradia privada e não pela moradia coletiva ou moradia social. Ou seja, ao mesmo tempo em que nega a propriedade privada, a reitera porque a moradia que se quer é a moradia individual;

b) a construção de uma nova via de circulação no lado oeste da BR-101 "enche os olhos" do setor imobiliário que se volta para essa região, tendo em vista a exploração do solo urbano;

c) um dos primeiros indícios desse processo se materializa por meio da construção do condomínio Vivenda Tropical que traz no seu marketing a proximidade com Laranjeiras e vista para o Mestre Álvaro;

d) é oportuno destacar a proximidade com Laranjeiras e com os bens da natureza, quando o objetivo é o lucro. O lugar que antes não era atrativo, agora passa a ser devido à entrada do poder econômico.

Os elementos do bairro, da cidade, transbordam de valiosas informações sobre o comportamento do capital e de como ele interfere na vida das pessoas e nos espaços urbanos quando promove a segregação pela condição social.

Essa é a crítica proposta por Lefebvre (2001), quando propõe um direito à cidade que inclua todos os cidadãos. Em contrapartida, o modelo de sociedade capitalista reafirma os processos de desigualdade social por meio da segregação dos espaços fundada na propriedade privada.

Nesses termos, vemos, na perspectiva da educação na cidade, uma possibilidade para compreender essa realidade da constituição dos espaços da cidade, propondo, juntamente com os professores, ações emancipadoras.

4.2 DIMENSÃO MICRO

No mesmo sentido das desigualdades evidenciadas no tópico anterior entre o bairro e seu entorno, podemos identificar a reprodução desse fato desde a representação geográfica do bairro.

O bairro surgiu por meio de ocupação de uma área nivelada com a BR-101. Com o passar dos anos e devido ao crescimento populacional do município, os limites do loteamento foram expandidos e ocupados por novos moradores nas regiões de área verde da encosta e planície próxima ao Mestre Álvaro.

Nessa direção, observamos um processo de segregação interna que divide uma mesma região em camadas sociais, evidenciado na morfologia do lugar (platô, encosta e planície). Verificamos alguns fatores que contribuíram para a efetivação desse fenômeno, a saber:

a) o processo de melhorias do bairro segue atrelado à lógica do capital e da propriedade privada que aprofundam as desigualdades em dimensão local por meio dos empreendimentos imobiliários;

b) a alteração na divisão dos logradouros por lei municipal;

c) a reorganização da rota da linha 843 e a extinção do ponto final do ônibus;

d) o descaso com as nascentes naturais da região de Sete Bicas;

e) a construção de empreendimento imobiliário que determina um novo modelo de moradia, atraindo

consumidores de maior poder aquisitivo, do bairro e fora dele;

f) a construção de empreendimento comercial que visa a ampliar o modelo de shoppings e galerias em conflito/disputa com o comércio de rua.

No princípio, era uma mesma região, com o mesmo nome, "Cantinho do Céu", um nome que nos remete à paz, ao sossego, mas, na verdade, representava o inverso, uma forma pejorativa de simbolizar a condição de violência intensa do lugar. Os moradores se reuniram para trocar esse nome que rotulava o lugar como local ruim para viver. Passou a se chamar Jardim Tropical em razão da área verde que existia no entorno (presume-se que seria o local para além dos limites do loteamento, chamado hoje de "Área Verde" no atual bairro de "Cantinho do Céu", na área de encosta).

Para os habitantes de menor poder aquisitivo da encosta coube permanecer com o nome de sentido pejorativo, mas aos moradores da parte central foi acordada a troca do nome de modo que não deteriorasse a imagem do lugar. Essa é mais uma evidência das diferenças entre as classes sociais, com base na hierarquização do poder econômico.

Ao observar esse potente espaço urbano, constatamos os conflitos entre o comércio de rua e o novo modelo de comércio de shopping; entre as moradias lineares e o novo modelo de habitação proposto pelos condomínios fechados; entre a utilização dos espaços das ruas pelos moradores e a presença de caminhões e máquinas das empresas instaladas no bairro; entre o espaço planejado e o espaço vivido e percebido pelos moradores.

A partir desses elementos, podemos refletir sobre as mudanças no espaço pelo prisma da lógica capitalista e da intervenção do estado inserido nesse processo de acumulação. A princípio esses elementos podem ser vistos como consequência do progresso pelo senso comum, pois muitos moradores relatam que veem com bons olhos esse novo formato de bairro.

Nesses termos, o espaço capitalizado acaba distanciando as pessoas, criando ambientes engessados precários de vida coletiva. Ao mesmo tempo em que o formato de moradia em condomínios pode remeter à coletividade por concentrar muitas pessoas em um só lugar, pode também maximizar uma cultura individualista, criando pequenas ilhas de concreto.

As ruas são invadidas por caminhões e máquinas de empresas locais que, em nome do progresso, dificultam a circulação das pessoas, descaracterizando os traços de bairro residencial. Da mesma forma acontece em relação ao comércio em galerias, que fragiliza a interação entre as pessoas. Em contrapartida, o comércio de rua potencializa as relações fazendo das calçadas espaços de permanência e convívio.

Imbronito (2020, p. 12) ainda destaca que as moradias, as lojas e as instituições "[...] devem permanecer ligados à rua, proporcionando um espaço público seguro, uma vez que este é amplamente ativado e povoado ao longo do dia e da noite pela circulação de pessoas".

Outras questões nos instigam a pensar nesses processos de segregação e desigualdade, tais como: depois da separação do local em três bairros, ficou apenas uma Unidade de Saúde que atende a todos os moradores da região; as regiões de encosta e planície elevadas à categoria de bairro não possuem a mesma infraestrutura implantada no platô; a retira-

da da parada em ponto final de ônibus rompe vínculos do cidadão com o lugar ao qual ele pertence, perdendo-se a referência do local; o bem natural da região de Sete Bicas não é preservado, já que fica em uma área não elitizada, enquanto o Mestre Álvaro é explorado pela nova via e pela propaganda do novo condomínio; o discurso de violência não serve mais para a parte territorial nivelada com a BR-101, mas se reafirma na encosta, onde residem pessoas de menor poder aquisitivo.

É um lugar caracterizado pelos tipos de casa, garagens coletivas, os varais de roupas nos becos, os modos de vida das pessoas. Muitas delas têm medo desse lugar. Existe uma barreira maior que a divisão de uma rua, que é uma marca, a linha imaginária da desigualdade, onde "nivelado não deve passar para o lado de lá", pois causa espanto e surpresa.

No bairro, o espaço vivido pelos moradores ultrapassa os limites do espaço concebido pelas normas legais. Muitos deles não têm conhecimento dessa divisão implantada por meio da legislação e não se reconhecem por uma nomenclatura de um bairro ou outro, mas sim pelos processos das relações sociais adquiridos no decorrer da vida.

Para tanto, como forma de resistência, ainda podemos verificar lugares coletivos no bairro, como a praça, a escola, a feira, os pontos de ônibus, as barracas noturnas e o comércio de rua. São os pontos de encontro dos moradores, lugar de todos, nivelados, os da encosta e os da planície.

Todas essas interlocuções nos remetem à tentativa de revelar os conflitos e contradições encontrados no estudo do objeto desta pesquisa. Não queremos esgotar aqui as possibilidades de análise, pois, com certeza, existem outros pontos que poderão ser investigados. Queremos deixar claro que esse exercício está inacabado, porque ele deve ser constante, a fim de estarmos sempre em processo de superação.

Para tanto, propomos que esse conhecimento, esse modo de compreensão da vida urbana seja pesquisado por meio de um trabalho investigativo dos espaços da cidade feito na escola, como propõe a educação na cidade. Com base nessa prerrogativa, apontamos a proposta da viagem formativa como recurso para essa compreensão da vida urbana. Para tanto, reservamos o capítulo a seguir para explanação dessa proposta.

CIRCUITO 1
Avenida Central

Ponto D:
Campo de futebol

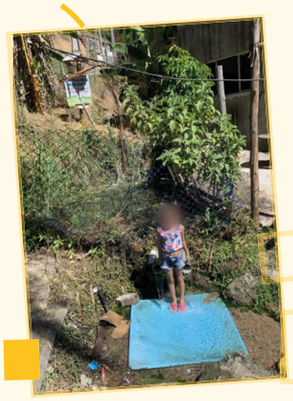
Ponto C:
Vivenda Tropical

Ponto A:
Emef Olivina Siqueira

Ponto B:
Unidade Básica De Saúde

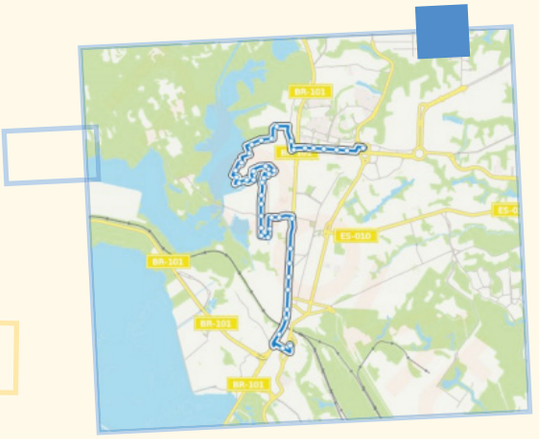
CIRCUITO 2
Rua Ramilo Borges

Ponto E:
Bica 1



Ponto F:
Bica 2

CIRCUITO 3
Rota 843



5 VIAGEM FORMATIVA

5 VIAGEM FORMATIVA

As visitas mediadas pelos espaços da cidade configuram uma proposta metodológica desenvolvida pelo Grupo de Estudos e pesquisa sobre Educação na Cidade e Humanidades (Gepech). O objetivo é mediar o encontro de educadores com a cidade a fim de promover a superação da percepção imediata da realidade, com o intuito de multiplicar as possibilidades educativas encontradas no espaço citadino, sobretudo a análise concreta e material dos conflitos e contradições que permeiam o processo de produção do espaço urbano do bairro Jardim Tropical, Serra/ES.

Vale ressaltar que as visitas mediadas estabelecem interlocuções entre os elementos da cidade (ruas, praças, casas, escola, imagens...) e as respostas que buscamos encontrar a partir do nosso aporte teórico, além de proporcionar aos participantes uma experiência nova, um encontro de possibilidades para outras aprendizagens a partir do não habitual.

Nesse sentido, as pesquisas inseridas no Gepech propõem:

> *[...] as visitas mediadas não representam apenas a ida a lugares da cidade; articuladas com as outras ações do grupo de pesquisa, elas pretendem fomentar uma nova formação subjetiva, cultural, a partir do olhar apurado que problematiza os conflitos que se materializam na cidade. Mostram-se, desse modo, como momento privilegiado no qual temos a cidade diante de nós: ela nos confronta e nós a interpelamos; com ela dialogamos, perscrutamos suas existências históricas. Ao fazer isso, abre-se, em nós, pesquisadores, a chance de reconstruí-la, mudar a cidade na qual habitamos e a cidade que em nós habita (CÔCO; DELLA FONTE; LEITE, 2019, p. 46).*

A viagem formativa representa uma forma de reconhecer no espaço as marcas das existências individuais e coletivas e dos conflitos históricos, conforme aponta Chisté (2021, p. 62) que completa registrando que

> *[...] Nessas caminhadas, a cidade não é apenas contexto, mas espaço percebido, vivido por seus cidadãos e concebido a partir de contradições e conflitos entre estratégias que se impõem como hegemônicas e a proposição de alternativas que supere o que é imposto.*

Dessa forma, nossa proposta de caminhar pelo bairro em viagem formativa não visa à contemplação do espaço por si só, mas sim, propõe uma percepção da realidade, na qual possamos problematizar os espaços da cidade por meio dos seus elementos, dos fatos históricos e das relações humanas.

Em um primeiro plano, o percurso a ser realizado no espaço investigado foi desenvolvido a partir das observações da pesquisadora relacionados com o aporte teórico proposto na pesquisa. A partir desses registros, foi planejado um roteiro, a ser realizado juntamente com os professores em um momento futuro, devido ao contexto pandêmico de Covid-19.

Esse percurso foi escolhido considerando os locais estratégicos do espaço investigado, nos quais verificamos a possibilidade de problematizar os conflitos e contradições apontados na pesquisa.

Desse modo, durante esse caminhar formativo intencional, os participantes irão percorrer os espaços, realizando paradas para observar e conversar sobre a realidade que já está posta e a que está velada, além de discutir sobre os processos que produziram esse lugar na relação espaço tempo.

Com base nessas prerrogativas, apresentaremos, a seguir, uma possibilidade de roteiro de visita mediada e os pontos que consideramos importantes a partir das análises feitas no decorrer de nossa pesquisa, no intuito de possibilitar a compreensão da realidade por meio dos conflitos e contradições desvelados na produção do espaço urbano do bairro, na perspectiva da educação na cidade.

5.1 CIRCUITO 1 – AVENIDA CENTRAL

Figura 48 – Avenida Central

Fonte: Google Earth (2021).

Iniciaremos nossa viagem formativa fazendo uma caminhada a partir da Escola Olivina Siqueira que se localiza na Avenida Central, uma das principais vias de circulação do bairro. Trata-se de uma via sinalizada, plana, ampla, com canteiro central, ponto de ônibus, arborizada, alguns comércios e moradias variadas.

Por ela passam três linhas de ônibus do Sistema Transcol[5] (821, 898 e 843) que atendem aos usuários do bairro e adjacências. Nessa avenida, localizam-se, além da escola, igrejas, a maior parte do comércio, a Unidade de Saúde Básica do bairro. Ao final dela, temos o empreendimento imobiliário Vivenda Tropical e a vista do principal ponto turístico do município, o morro "Mestre Álvaro".

Na oportunidade, é importante destacar que esse empreendimento tem três aspectos principais como marketing: a vista para o monumento natural (Mestre Álvaro), a sua localização na Avenida Central e sua proximidade de Laranjeiras.

Essa avenida encontra-se na região que é o pilar da parte central do bairro, nivelada com a BR-101. Foi projetada a partir do loteamento de Antônio Arthur Teixeira, instituído em 1955.

A partir da observação desse espaço, é possível expandir conhecimentos por meio dos pontos de parada que achamos mais pertinentes para a realização de uma análise crítica do local. Para tanto, escolhemos quatro pontos de parada (A, B, C e D) que descreveremos a seguir:

Ponto A: Emef Olivina Siqueira

Nosso ponto de partida será na escola Olivina Siqueira, onde trabalham os professores participantes dessa proposta formativa e de onde emana toda a origem da nossa pesquisa. A Escola Olivina Siqueira fica localizada na esquina onde ocorre o cruzamento entre a avenida Dido Fontes e a avenida Central do bairro Jardim Tropical. Trata-se de uma parte do bairro bastante movimentada, especialmente em horários de fluxo de pessoas para o trabalho ou para as atividades escolares. No caso da Escola Olivina Siqueira, a entrada do público se efetiva por um portão localizado na avenida Central.

Por intermédio da observação a partir da saída da escola, poderemos identificar os tipos de moradias do entorno, os pontos de encontro e aglomeração, os tipos de comércio (de rua ou lojas) e o cotidiano da comunidade.

Ponto B: Unidade Básica de Saúde

Nosso segundo ponto de parada será em frente à Unidade Básica de Saúde. Pela Lei nº 4.534, que entrou em vigor em 4 de julho de 2016, a unidade recebeu o nome de um antigo morador do bairro, o Sr. Emiliano Ribeiro da Silva, marceneiro aposentado e ex-líder comunitário do bairro que, com o apoio de outros moradores, lutou por melhorias para a comunidade.

[5] O Transcol é um sistema metropolitano integrado de estrutura tronco-alimentadora, que interliga os cinco municípios da RMGV (Região Metropolitana da Grande Vitória), por meio de terminais urbanos, estrategicamente localizados, permitindo que o usuário se desloque por vários trechos dos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana, pagando uma única tarifa.

Em agosto do ano de 2014, o local foi palco de mobilização, na qual alguns moradores fizeram uma manifestação em frente à Unidade Básica de Saúde do bairro reivindicando melhorias da estrutura de atendimento ao público e obtiverem como resultado a ampliação da unidade, posteriormente.

Neste ponto poderemos destacar o engajamento de alguns membros da comunidade na busca por melhorias para a população, além de problematizarmos a existência de apenas uma unidade para atender a demanda de três bairros.

Ponto C: Condomínio Vivenda Tropical

O condomínio clube Vivenda Tropical, nosso terceiro ponto de parada, é o mais novo empreendimento que está mudando a paisagem do bairro. Foi idealizado e planejado pela construtora Pinheiro de Sá e se caracteriza por ser um empreendimento com duas torres sob uma área comercial que proporcionará um conjunto de produtos e serviços, tendo como atrativo anunciado uma vista privilegiada para o morro Mestre Álvaro e a proximidade da próspera região de Laranjeiras.

Nesse ponto serão feitas observações sobre a morfologia do lugar, as diferenças se revelam entre as casas mais simples, de pequeno porte, e as torres, símbolo do capital que entra na disputa pela ocupação do espaço e estabelece um novo modelo e estilo de habitar.

A partir dessas considerações, aflora o conceito de heterotopias proposto por Lefebvre (2002), que nos ajuda a dimensionar essa relação hetero e contraditória da compreensão do espaço em conflito. Conflito que se materializa quando o mercado imobiliário chega para explorar a região e dominar o espaço em detrimento dos outros moradores já estabelecidos na região há décadas.

Nesse sentido, é importante discutirmos com os professores sobre os impactos desse empreendimento no espaço local. Quantos novos moradores passarão a morar no bairro? A que classe social pertence esses moradores? Quem pode ter acesso a esse espaço? Quem são as pessoas que se beneficiarão com o funcionamento desse empreendimento? Quais são os impactos causados para os moradores que vivem no entorno do prédio? De que modo esse empreendimento afeta a circulação/deslocamento nas ruas do bairro (pessoas e veículos)?

Tais questionamentos e outros que surgirem deverão ser discutidos no coletivo com o intuito de problematizarmos esse processo de verticalização do espaço local e a segregação socioespacial que ele produz.

Ponto D: Campo de Futebol

Nosso quarto ponto do Circuito 1 será o campinho de futebol do bairro, que fica próximo ao Cmei Antônio Laia da Silva e a EEEFM Antônio Luiz Valiati. Nesse ponto é possível contemplar a linda vista do Mestre Álvaro, principal ponto turístico do município e o entorno do condomínio, constituído por uma população de renda mais baixa.

É importante também reconhecer o campo de futebol como ponto de encontro dos moradores da região, que nos remete à coletividade, um lugar ao qual todos podem ter acesso, independentemente de ser morador da parte central, da encosta ou da planície.

Portanto, no desenvolvimento desta atividade, consideramos relevante apreender sobre as carac-

terísticas socioeconômicas, presentes tanto nas moradias como no modo de vida de seus moradores, além de evidenciar as formas de acumulação de capital, a projeção de modificação do espaço produzido pelo setor imobiliário e a participação do Poder Público na produção dessa dinâmica espacial.

Acesse o mapa da **Avenida Central** usando o QR Code ao lado.

5.2 CIRCUITO 2 – SETE BICAS ATUAL RUA RAMILO BORGES

Figura 49 – Rua Ramilo Borges/ Sete Bicas

Fonte: Google Earth (2021).

Continuando nossa caminhada, depois de conhecermos um pouco a realidade da parte central do bairro, faremos uma visita à região de encosta, lugar conhecido como Sete Bicas, hoje denominado Rua Ramilo Borges. A escolha desse nome para a rua foi instituída por ato sancionado pela Lei nº 2.930, de 28 de dezembro de 2005, fato que muitos moradores da região desconhecem.

Essa região ficou conhecida como “Sete Bicas” desde quando surgiu o bairro, na década de 50. Nessa época, devido à precariedade de infraestrutura, os moradores abasteciam suas casas com água por intermédio das sete nascentes que existiam na região. Hoje, há apenas duas nascentes, uma ainda usada pelos moradores e outra completamente poluída. As demais deixaram de existir devido aos aterros feitos pelas empresas de terraplanagem.

Ponto E: Bica 1

A bica 1 foi canalizada e recebeu uma estrutura de cimento pela Prefeitura e ainda se encontra preservada, segundo os moradores. A água emana sem cessar e é usada pelos moradores. É um bem natural muito importante da região que ainda resiste à destruição causada pelo homem na natureza e se traduz em um forte ponto de discussão no âmbito da educação.

Ponto F: Bica 2

A Bica 2 encontra-se visivelmente poluída por lixo e esgoto, embora esteja sinalizada com uma placa da Prefeitura “Proteja esta nascente”. É triste lembrar que esse lugar era acessado pelos moradores para realização de atividades coletivas, como lavar as roupas da família, tomar banho e encher os baldes para o consumo, devido à falta de infraestrutura e escassez de água na região. Era um lugar onde as crianças brincavam e se divertiam.

Atualmente, a realidade é bem diferente. É comum verificar a presença de crianças e adultos entrando em contato com a água poluída, fato preocupante que nos remete a pensar junto com os professores, em uma forma de conscientizar os estudantes a não utilizarem essa água.

Desse modo, em uma primeira instância de análise, esse espaço pode nos remeter às memórias do bairro, pois era o lugar do encontro dos primeiros moradores, que por causa da falta de infraestrutura e escassez de água, acessavam o lugar para usufruir desse bem natural tão precioso. Eram as mães que se agrupavam para lavar as roupas da família, as crianças que utilizavam o espaço como lugar das brincadeiras, do lazer.

Em termos de contradição, podemos verificar que os bens naturais não são explorados da mesma forma que identificamos na Avenida Central, no mesmo bairro. Em Sete Bicas, verificamos a falta de investimentos do Poder Público em relação às questões ambientais e à saúde das pessoas, principalmente das crianças que entram em contato com a poluição da água.

Acesse o mapa da **Rua Ramilo Borges (Sete Bicas)** usando o QR Code ao lado.

5.3 CIRCUITO 3 –TRANSCOL (LINHAS 821, 843 e 898)

Figura 50 – Rotas das linhas 843, 898 e 821

Fonte: https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte

Figura 51 – Rota da linha 843

Fonte: Google Earth (2021).

Agora, não utilizaremos mais a forma de caminhada, devido ao longo percurso. Seguiremos em veículo particular ou coletivo em direção à rota de uma das linhas do Transcol que atende aos usuários do bairro Jardim Tropical e adjacências. No bairro, circulam três linhas de ônibus, a saber: 821 (Terminal Carapina x José de Anchieta), 898 (Circular: José de Anchieta x Terminal de Laranjeiras) e 843 (Terminal Carapina x Terminal Laranjeiras via Jardim Tropical).

Nossa proposta prevê a saída do ponto de ônibus mais próxima da escola, seguindo a rota da linha 843 (Terminal Carapina x Terminal Laranjeiras via Jardim Tropical), que abrange uma parte maior do local investigado. Pretendemos seguir sem paradas até seu destino final, fazendo as devidas observações em pontos estratégicos.

Destacamos que a linha 843, que se chama Jardim Tropical, anteriormente tinha como ponto final de sua rota a região de planície, atual bairro José de Anchieta 2, mais conhecido como "Sovaco da Cobra" ou "Subacão", que fica na área de planície, após a região de encosta. O governo promoveu mudanças dos itinerários de transporte público da região com um discurso de melhorias e vantagens aos usuários e, assim, a linha teve sua rota substituída e não mais teria ponto final e sim uma ligação entre os terminais de Carapina e Laranjeiras, passando por Vista do Mestre, José de Anchieta 2 e 3 e Jardim Tropical. O fato de o ônibus que se chama Jardim Tropical ter seu ponto final em determinada região faz com que os moradores tenham essa referência de lugar e de pertencimento. Quando o ônibus passa a ser apenas ligação entre terminais, a identificação da região pelo nome do bairro fica inviabilizada.

O itinerário escolhido segue pela região central, região de encosta e de planície ("Subacão"), passando pelo antigo ponto final, e tem seu destino no Terminal de Laranjeiras.

Nossos pontos estratégicos de observação serão o campinho de futebol de José de Anchieta 2, no qual é possível verificar as características da área de encosta, a área de planície e as torres do condomínio que ficam na parte superior. Outro ponto estratégico de observação será na Praça de José de Anchieta 2, na qual é possível verificar as condições de falta de saneamento na região de planície.

O antigo ponto final também será um lugar estratégico para verificarmos até onde era considerado o espaço geográfico do bairro Jardim Tropical antes da separação. A análise pode ser feita a partir da dialética do espaço que os moradores entendem ser o seu habitar e o que foi determinado pelo Poder Público por meio da legislação.

Ademais, pretendemos verificar e estabelecer conexões com o nosso referencial teórico por meio da morfologia das ruas, das moradias, dos recados nos muros. Atentar para os processos de segregação socioespacial produzidos pelo modelo capitalista de sociedade e legalizados pelo Poder Público por meio da legitimação da lei de bairros.

Além disso, o fato de muitos moradores trabalharem fora do bairro, necessitando de deslocamento para os outros municípios ou bairros vizinhos (muitos deles fazem o trajeto a pé até a BR-101 para poderem utilizar linhas troncais que interligam os terminais de ônibus em diferentes municípios da Região Metropolitana), entendemos o itinerário do Transcol como uma possibilidade de análise que nos aproxima do cotidiano dos habitantes do bairro Jardim Tropical.

Acesse a rota da **linha 843** usando o QR Code ao lado.

Considerações finais

Esperamos que, de alguma forma, o que foi proposto neste material educativo tenha contribuído para ampliar o conhecimento dos docentes e que este instrumento possa ser um ponto de partida para um olhar mais apurado sobre a realidade.

Queremos frisar, neste momento final, a relevância da formação permanente do professor, pois "[...] é no ajuste dessas formações que outros níveis de consciência dos docentes sobre suas ações e da possibilidade de superação das práticas conservadoras se constituirão no bojo do movimento de apropriação, coerente com sua atividade de ensino" (MOURA, 2017, p. 206).

É importante considerar os processos formativos baseados na contramão da realidade superficial e ressaltamos que esse material não deve ser visto como um manual de receitas prontas, mas como uma possibilidade, em construção, de refletir sobre a cidade de maneira crítica e inquietar nossos estudantes, levando-os para fora da zona do senso comum.

Almejamos que este e-book venha subsidiar outras ações formativas e que elas possam colaborar para o desenvolvimento do trabalho docente, como um recurso potente na produção das atividades de estudo e de ensino dos professores.

Finalizamos, desejando que este material educativo sirva de apoio para a construção de outros materiais, atividades e ações de ensino sobre a cidade. Deixamos, como proposta futura, que os professores elaborem anuários sobre o bairro onde trabalham, juntamente com os estudantes, a fim de que sejam registrados outros movimentos da produção do espaço, o surgimento de outros possíveis conflitos e do que está por trás deles.

Registros feitos por meio das caminhadas, das conversas com a comunidade, do nome das ruas, das construções, das histórias de vida contadas. Enfim, uma tarefa que não se esgota na sua dinâmica, por não se tratar de algo estático e imutável, mas, sim, por ser uma produção em movimento constante.

Referências

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Seis modos de ver a cidade**. Goiânia: Cânone Editorial, 2017.

BARROS, Paulo de. **Memória fotográfica da Serra**: imagens de um município brasileiro. Vitória: Ed. do Autor, 2002.

BORGES, Clério José. **História da Serra**. Serra: Editora CTC, 2008.

CARLOS. Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. **Geousp – Espaço e Tempo**, v. 23, n. 3, p. 458-477, dez. 2019, ISSN 2179-0892. Disponível em: https://www.revista.usp.br/geousp/article/view/163371.doi: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.163371. Acesso em: 14 set. 2020.

CHISTÉ. Priscila de Souza. Educação na cidade: possibilidades contra-hegemônicas de atuação de professores, mediadores de espaços culturais e educadores sociais. **Revista de Pedagogia Social UFF**, [S.I.], v. 3, n. 1, set. 2017. ISSN 2527-0974. Disponível em: http://www.revistadepedagogiasocial.uff.br/index.php/revista/article/view/64. Acesso em: 18 mar. 2018.

CÔCO, Dilza; CHISTÉ, Priscila de Souza; DELLA FONTE, Sandra Soares. Educação na cidade e humanidades: abordagens metodológicas utilizadas no Gepech. In: SANTOS, Leonardo Bis dos; CARVALHO, Letícia Queiroz de (org.). **Metodologias alternativas no ensino de Letras e Humanidades**. Vitória: Instituto Federal do Espírito Santo, 2019.

CÔCO, Dilza; CHISTÉ, Priscila de Souza, DELLA FONTE, Sandra Soares; MACÊDO, Érika Sabino. **Educação na cidade**: diálogos e caminhos do Gepech. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

CÔCO, Dilza *et al*. **Educação na cidade**: conceitos, reflexões e diálogos. Vitória: Edifes, 2018.

FROIS, Israel David de Oliveira. **O entorno da Vale S.A. na perspectiva da cidade educativa**: da miopia verde à catarse do pó preto. 2018. 215 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018 Disponível em: https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000013/00001340.pdf. Acesso em: 5 maio 2019.

GONCALVES, Thalismar Matias. **Novas estratégias da produção imobiliária na Grande Vitória**: um estudo sobre as recentes transformações do espaço urbano de Serra-ES. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3564/1/tese_4065_thalismar.pdf. Acesso em: 5 maio 2019.

IMBRONITO, Maria Isabel. Teoria e resistência em Jane Jacobs. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 1-16, jan./mar. 2020.

KAPLÚN. Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, maio/ago. 2003.

KUSTER, Eliana. Recados urbanos. **Corpocidade**, Salvador, 2008. Disponível em: http://www.corpocidade.dan.ufba.br/resultado1.htm. Acesso em: 5 maio 2019.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2002.

_____. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Ulisseia, 1972.

LIRA, Pablo; OLIVEIRA JÚNIOR, Adilson Pereira de José Edil; MONTEIRO, Latussa Laranja. **Vitória**: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014.

MEKSENAS, Paulo. As noções de concreto e abstrato: sua relação com as práticas de ensino. **R. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 92-98, jan./jun. 1992.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de *et al*. **A atividade pedagógica na Teoria Histórico-Cultural**. Brasília: Liber Livro, 2010.

_____. **Educação escolar e pesquisa na Teoria Histórico-Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

PAULA, Daniela de. **Usos e desusos de parques urbanos contemporâneos**: estudo de caso Parque da Cidade – Serra/ES. 2017. 277 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/handle/10/10066. Acesso em: 14 set. 2020.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. **A luta pelo espaço**: da segurança da posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo. 2012. 349 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26032013-122231/publico/2012_FabianaValdoskiRibeiro.pdf. Acesso em: 14 nov. 2020.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RUIZ, Luciana *et al*. **Producción de materiales de comunicación y educación popular**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014.

SARAIVA, Cleberson Prudêncio. Aspectos da geograficidade da alimentação num bairro urbano popular: o caso do bairro Jardim Tropical, município de Serra/ES. **Geografares**, [S.l.], n. 8, 2010. DOI: 10.7147/GEO8.1289. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1289. Acesso em: 8 set. 2021.

SCHAEFFER, Luciana. **O processo de produção da cidade a partir das intervenções urbanas**: o caso do "Projeto Lerner" para Serra/ES, 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Geografia/UFES_PPGG_LUCIANA_SCHAEFFER.pdf. Acesso em: 5 maio 2019.

INSTITUTO FEDERAL
Espírito Santo
Campus Vitória

Edifes
ACADÊMICO

PPGEH
Programa de Pós-Graduação
em Ensino de Humanidades
Instituto Federal do Espírito Santo